

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	76
--	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	79
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Motivos de Reapresentação	85
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	443.781.062
Preferenciais	0
Total	443.781.062
Em Tesouraria	
Ordinárias	80.000
Preferenciais	0
Total	80.000

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	5.753.778	4.807.686	3.376.885
1.01	Ativo Circulante	3.147.390	2.197.867	2.184.187
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	589.086	121.040	118.197
1.01.02	Aplicações Financeiras	30.880	3.500	1.135
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	30.880	3.500	1.135
1.01.03	Contas a Receber	621.223	391.941	469.579
1.01.03.01	Clientes	522.940	288.453	315.465
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes - Cartões de Créditos	511.516	276.703	302.226
1.01.03.01.02	Convenios a Receber	9.731	15.400	15.098
1.01.03.01.03	Comissoes a Receber	220	469	114
1.01.03.01.04	Programa de Beneficios de Medicamentos - PBM	6.249	4.276	6.886
1.01.03.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-993	-5.604	-6.071
1.01.03.01.06	Ajuste a Valor Presente	-3.783	-2.791	-2.788
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	98.283	103.488	154.114
1.01.03.02.01	Acordos Comerciais	66.346	79.293	91.752
1.01.03.02.02	Despesas antecipadas	8.202	4.384	2.590
1.01.03.02.03	Outras	23.735	19.811	59.772
1.01.04	Estoques	1.702.095	1.466.371	1.506.448
1.01.06	Tributos a Recuperar	198.318	204.153	70.187
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	198.318	204.153	70.187
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.788	10.862	18.641
1.01.08.03	Outros	5.788	10.862	18.641
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	5.788	10.862	18.641
1.02	Ativo Não Circulante	2.606.388	2.609.819	1.192.698
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	611.527	471.546	367.522
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9.517	6.769	14.209
1.02.01.07	Tributos Diferidos	192.555	165.162	142.083
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	192.555	165.162	142.083
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	409.455	299.615	211.230

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.10.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	370.810	273.194	188.286
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	38.645	25.328	13.337
1.02.01.10.06	Operações com derivativos	0	1.093	9.607
1.02.02	Investimentos	70.797	70.290	70.645
1.02.02.01	Participações Societárias	70.797	70.290	70.645
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	70.797	70.290	70.645
1.02.03	Imobilizado	541.289	582.154	717.536
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	541.289	582.154	717.536
1.02.04	Intangível	1.382.775	1.485.829	36.995
1.02.04.01	Intangíveis	1.382.775	1.485.829	36.995
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.344.910	1.450.682	0
1.02.04.01.03	Intangíveis	37.865	35.147	36.995

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	5.753.778	4.807.686	3.376.885
2.01	Passivo Circulante	1.889.099	1.693.634	1.840.919
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	89.234	108.003	112.331
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	89.234	108.003	112.331
2.01.01.02.01	Salários e Férias a Pagar	89.234	108.003	112.331
2.01.02	Fornecedores	1.244.490	1.100.254	1.075.697
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.244.490	1.100.254	1.075.697
2.01.03	Obrigações Fiscais	106.399	86.521	73.127
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.569	30.694	30.280
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	67.174	54.579	41.587
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.656	1.248	1.260
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	241.629	213.881	522.181
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	206.864	193.797	522.181
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	206.864	193.797	522.181
2.01.04.02	Debêntures	34.765	20.084	0
2.01.05	Outras Obrigações	207.347	184.975	57.583
2.01.05.02	Outros	207.347	184.975	57.583
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	4.002	5.537	20.631
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	12.706	7.986	4.796
2.01.05.02.09	Aluguéis a Pagar	18.359	6.726	15.167
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	172.280	164.726	16.989
2.02	Passivo Não Circulante	1.923.756	2.089.532	504.671
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	636.847	725.107	432.223
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	387.175	442.286	432.223
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	387.175	442.286	432.223
2.02.01.02	Debêntures	249.672	282.821	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.259.668	1.343.177	59.351
2.02.02.02	Outros	1.259.668	1.343.177	59.351
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições a recolher	8.214	10.844	1.158

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	1.251.454	1.332.333	58.193
2.02.04	Provisões	27.241	21.248	13.097
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.241	21.248	13.097
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	339	492	676
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.215	15.115	10.034
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.819	4.929	1.629
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	868	712	758
2.03	Patrimônio Líquido	1.940.923	1.024.520	1.031.295
2.03.01	Capital Social Realizado	1.200.666	382.727	382.727
2.03.02	Reservas de Capital	383.432	381.001	380.831
2.03.04	Reservas de Lucros	356.825	260.792	267.737
2.03.04.01	Reserva Legal	39.646	32.702	39.647
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	317.179	228.090	228.090

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.858.492	6.422.248	6.245.050
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.737.825	-4.404.082	-4.167.370
3.03	Resultado Bruto	2.120.667	2.018.166	2.077.680
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.798.885	-1.802.340	-1.899.148
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.583.398	-1.597.629	-1.677.293
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-219.605	-204.711	-217.347
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.276	159	140
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.470	-665	-5.524
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.312	506	876
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	321.782	215.826	178.532
3.06	Resultado Financeiro	-253.183	-245.852	-130.206
3.06.01	Receitas Financeiras	204.976	316.611	370.189
3.06.02	Despesas Financeiras	-458.159	-562.463	-500.395
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	68.599	-30.026	48.326
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.434	23.081	44.647
3.08.02	Diferido	27.434	23.081	44.647
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	96.033	-6.945	92.973
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	96.033	-6.945	92.973
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.02	ON	0,22000	-0,02000	0,27000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	-0,02000	0,27000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	96.033	-6.945	92.973
4.03	Resultado Abrangente do Período	96.033	-6.945	92.973

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-84.781	182.961	30.445
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	504.031	421.468	273.349
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	96.033	-6.945	92.973
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	250.590	253.010	108.077
6.01.01.03	Ajuste a valor presente nos ativos e passivos	4.955	-1.896	3.227
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	45.087	51.740	39.394
6.01.01.05	Valor justo de instrumentos financeiros	-54.859	6.289	-77.094
6.01.01.06	Variação Cambial	60.220	15.095	98.691
6.01.01.07	Juros sobre Arrendamento Mercantil	115.138	127.840	494
6.01.01.08	Constituição (reversão) da Provisão para Contingências	7.416	10.081	8.838
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	-1.312	-506	-876
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-27.434	-23.081	-44.647
6.01.01.13	Constituição (realização) das tarifas antecipadas - empréstimos, financiamentos e debêntures	-37	-2.165	2.829
6.01.01.14	Outros ajustes ao lucro	159	-5.406	-20.944
6.01.01.16	Provisão para encerramento de lojas	-5.777	1.850	8.683
6.01.01.17	Baixa líquida dos bens do ativo imobilizado e intangível	6.387	30.639	15.734
6.01.01.19	Provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa	6.365	-1.423	37.773
6.01.01.20	Provisão para perdas nos estoques	1.100	-33.654	197
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-435.627	-55.137	-200.128
6.01.02.01	Arrecadação de recursos de terceiros	-1.535	-15.095	11.715
6.01.02.02	Contas a Receber de Clientes	-235.658	27.476	58.573
6.01.02.04	Estoques	-237.090	76.308	-123.854
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-98.558	-229.970	-179.999
6.01.02.06	Outros Créditos	-3.703	52.483	-58.985
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-3.818	-1.794	0
6.01.02.08	Fornecedores	136.696	23.879	99.205
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	17.248	23.080	-6.708
6.01.02.11	Salários e férias a pagar	-24.180	-4.328	5.424
6.01.02.13	Outras contas a pagar	14.971	-7.176	-5.499

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.03	Outros	-153.185	-183.370	-42.776
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - juros	-9.632	-42.838	-40.729
6.01.03.03	Pagamento de debêntures tomada - juros	-28.415	-12.692	-2.047
6.01.03.05	Pagamento de arrendamentos - juros	-115.138	-127.840	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-76.064	-54.393	-186.382
6.02.05	Aplicações financeiras	-30.128	5.075	671
6.02.09	Aquisição de ativo imobilizado	-35.055	-51.811	-172.146
6.02.11	Aquisição de intangível	-10.881	-7.657	-14.907
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	628.891	-125.725	192.115
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	324.000	479.400	465.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Principal	-454.432	-807.584	-290.111
6.03.03	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-123.002	-111.199	0
6.03.04	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	0	861	562
6.03.05	Emissão de debêntures	0	300.000	0
6.03.06	Pagamento de debênture tomada - principal	0	0	-34.666
6.03.07	Liquidação dos swaps – efeito caixa	63.581	12.627	54.605
6.03.08	Integralização de capital	858.962	0	0
6.03.09	Recursos provenientes das opções de ações outorgadas	0	170	905
6.03.10	Reversão do ágio pago – Reembolso de capital	0	0	-4.180
6.03.11	Dividendos e JSCP recebidos	805	0	0
6.03.12	Custos com Emissão de Ações	-41.023	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	468.046	2.843	36.178
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121.040	118.197	82.019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	589.086	121.040	118.197

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	381.001	260.792	0	0	1.024.520
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	381.001	260.792	0	0	1.024.520
5.04	Transações de Capital com os Sócios	858.962	0	0	0	0	858.962
5.04.01	Aumentos de Capital	858.962	0	0	0	0	858.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.033	0	96.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.033	0	96.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-41.023	2.431	96.033	-96.033	0	-38.592
5.06.04	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-5.411	0	0	0	-5.411
5.06.06	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	96.033	-96.033	0	0
5.06.08	Custos com Emissão de Ações	-41.023	0	0	0	0	-41.023
5.06.09	Plano de Ações Restritas	0	7.842	0	0	0	7.842
5.07	Saldos Finais	1.200.666	383.432	356.825	0	0	1.940.923

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.945	0	-6.945
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.945	0	-6.945
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	170	-6.945	6.945	0	170
5.06.04	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	170	0	0	0	170
5.06.06	Absorção de prejuízo de exercício	0	0	-6.945	6.945	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	381.001	260.792	0	0	1.024.520

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	383.776	174.764	0	0	941.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	383.776	174.764	0	0	941.267
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.945	0	0	0	-2.945
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	905	0	0	0	905
5.04.09	Reversão de reserva de ágio na emissão de ações	0	-4.180	0	0	0	-4.180
5.04.10	Outras transações	0	330	0	0	0	330
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.973	0	92.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.973	0	92.973
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.973	-92.973	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.649	-4.649	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	88.324	-88.324	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	380.831	267.737	0	0	1.031.295

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	7.238.357	6.731.594	6.519.013
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.234.081	6.720.934	6.518.873
7.01.02	Outras Receitas	4.276	10.660	140
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.043.755	-4.734.851	-4.519.742
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.359.590	-4.040.707	-3.852.360
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-684.165	-694.144	-667.382
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.194.602	1.996.743	1.999.271
7.04	Retenções	-250.590	-253.011	-108.077
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-250.590	-253.011	-108.077
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.944.012	1.743.732	1.891.194
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.414	71.181	48.636
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.312	506	876
7.06.02	Receitas Financeiras	39.102	70.675	47.760
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.984.426	1.814.913	1.939.830
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.984.426	1.814.913	1.939.830
7.08.01	Pessoal	839.685	855.805	868.446
7.08.01.01	Remuneração Direta	709.388	720.662	733.371
7.08.01.02	Benefícios	79.404	82.889	81.493
7.08.01.03	F.G.T.S.	50.893	52.254	53.582
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	837.830	708.822	630.534
7.08.02.01	Federais	102.851	57.858	86.839
7.08.02.02	Estaduais	724.363	640.879	534.476
7.08.02.03	Municipais	10.616	10.085	9.219
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	210.878	257.231	347.877
7.08.03.01	Juros	181.710	217.398	75.876
7.08.03.02	Aluguéis	29.168	39.833	272.001
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	96.033	-6.945	92.973
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	96.033	-6.945	92.973

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T20 E 2020




Fortaleza, Ceará, 1 de Março de 2021. A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia” ou “Pague Menos”), desde 2009 única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil, levando saúde a mais de 300 municípios brasileiros, anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2020 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e foram revisadas pelos auditores independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Desde 2019, nossas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o IFRS 16, que alterou os critérios de reconhecimento dos contratos de aluguel. Para demonstrar os efeitos da implementação desta norma e facilitar a comparabilidade entre períodos, apresentamos na página 17 deste release o Demonstrativo do Resultado do Exercício excluindo os efeitos do IFRS 16.

PRINCIPAIS DESTAQUES 4T20 E 2020

- **Venda de Mesmas Lojas:** crescimento de 14,0% no 4T20 (12,3% em lojas maduras) e 10,7% em 2020
- **Venda Média Loja Mensal:** R\$ 590 mil no 4T20 (+13,8% vs 4T19) e R\$ 551 mil em 2020 (+9,3% vs 2019)
- **Digital:** crescimento de 159% no 4T20, representando 5,2% das vendas totais (+2,9 p.p. vs 4T19)
- **Clinic Farma:** crescimento de 622% no faturamento (vs 4T19) e ampliação do portfólio para 31 serviços
- **EBITDA Ajustado:** R\$ 157,8 milhões no 4T20 (+2,5% vs 4T19) e R\$ 572,4 milhões em 2020 (+14,2% vs 2019)
- **Lucro Líquido Ajustado:** R\$ 37,5 milhões no 4T20 (+147,7% vs 4T19) e R\$ 96,0 milhões em 2020
- **Mercado de Capitais:** Valorização acumulada da ação desde o IPO de 16,6% (posição 26 de fevereiro de 2020)

DESTAQUES FINANCEIROS (R\$ milhões)	4T19	4T20	Δ	2019	2020	Δ
Receita Bruta	1.744,9	1.955,3	12,1%	6.792,1	7.308,4	7,6%
Lucro Bruto	550,2	574,8	4,5%	2.054,3	2.120,7	3,2%
% Margem Bruta	31,5%	29,4%	(2,1 p.p.)	30,2%	29,0%	(1,2 p.p.)
Despesas com Vendas, Adm. e Gerais	(396,1)	(417,0)	5,3%	(1.553,2)	(1.548,3)	(0,3%)
% Despesas	(22,7%)	(21,3%)	1,4 p.p.	(22,9%)	(21,2%)	1,7 p.p.
EBITDA Ajustado	154,0	157,8	2,5%	501,2	572,4	14,2%
% Margem EBITDA Ajustada	8,8%	8,1%	(0,7 p.p.)	7,4%	7,8%	0,4 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	15,1	37,5	147,7%	(6,9)	96,0	-
% Margem Líquida Ajustada	0,9%	1,9%	1,0 p.p.	(0,1%)	1,3%	1,4 p.p.

DESTAQUES OPERACIONAIS	4T19	4T20	Δ	2019	2020	Δ
# de Lojas	1.122	1.105	(1,5%)	1.122	1.105	(1,5%)
# de Lojas com Clinic Farma	805	809	0,5%	805	809	0,5%
Venda Média/loja/mês (R\$ mil)	518	590	13,8%	504	551	9,3%
# de Atendimento (mil)	30.403	28.058	(7,7%)	120.709	108.937	(9,8%)
Ticket Médio (R\$)	57,39	69,69	21,4%	56,27	67,09	19,2%
# de Funcionários	20.148	18.947	(6,0%)	20.148	18.947	(6,0%)
# de Funcionários/loja	18,0	17,1	(0,9)	18,0	17,1	(0,9)
% de Vendas dos Canais Digitais	2,3%	5,2%	2,9 p.p.	2,2%	4,7%	2,5p.p.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Pague Menos encerra o ano de 2020 com crescimento consistente e em um novo patamar de eficiência e qualidade, apresentando mais um trimestre de entregas. Mesmo diante de um cenário desafiador em função da pandemia da Covid-19, atingimos R\$ 7,3 bilhões em faturamento, com crescimento sólido de 10,7% em *Same Store Sales* e 8,8% considerando apenas lojas maduras. Alcançamos melhorias importantes em produtividade e alavancagem operacional, otimizamos nossa estrutura de capital e registramos lucro líquido de R\$ 96 milhões. Tudo isso enquanto melhoramos o atendimento aos nossos clientes, atingindo NPS recorde de 72.

Os resultados são reflexo de uma série de esforços e investimentos realizados ao longo dos últimos anos. Trouxemos ao time novos executivos em áreas estratégicas, investimos muito em tecnologia, inovação, *data analytics* e em novos processos, que agregados ao nosso time de gigantes, à nossa cultura e ao conhecimento acumulado em 39 anos de história, preparam a companhia para um novo ciclo de crescimento.

Em 2020, avançamos na nossa proposta de apoiar a população da classe média expandida com uma solução abrangente de saúde, complementando a atividade de varejo com consultórios farmacêuticos, farmácia de manipulação, medicamentos especiais, plataforma de conteúdo, entre outras ferramentas que juntas compõem o Hub de Saúde Pague Menos. Fomos a primeira rede de farmácias a oferecer, em escala nacional, a aplicação de testes de Covid-19; apoiamos os estados de São Paulo, Pará e Maranhão nas campanhas de vacinação contra H1N1 e disponibilizamos as nossas lojas para apoiar todos os governos estaduais na campanha de vacinação contra Covid-19. Encerramos o ano com 809 Clinic Farmas e ampliamos o portfólio de serviços para mais de 30 protocolos de saúde e de monitoramento de doenças crônicas, o que resultou em aumento na média de atendimentos mensais em 56% no 4T20, em relação ao 4T19.

No ano de 2020 também mudamos o patamar de nossos canais digitais. Implementamos, com a agilidade exigida pelo momento, importantes avanços em nossa plataforma *omnichannel*. Disponibilizamos o Clique&Retire em todas as nossas lojas, lançamos serviços inovadores como o Prateleira Infinita, Assinatura Programada e retirada em *Lockers* e reforçamos nossa infraestrutura tecnológica para suportar nossas operações de *e-commerce*. Como resultado de todos esses avanços, a participação dos canais digitais cresceu de 2,3% no 4T19 para 5,2% no 4T20.

Inauguramos em 2020 a nossa universidade corporativa, a UP Farma, que irá desempenhar papel central na formação de nosso time. A universidade já nasceu grande, com onze *campi* distribuídos em nove estados, disponibilizando 50 cursos e treinamentos direcionados nas áreas de liderança, farmácia, atendimento, varejo, tecnologia e inovação.

Investimos também em capacitação e ferramental para o novo ciclo de abertura de lojas. Foram meses de dedicação, mais de 23 mil micromercados analisados, mais de 80 quesitos e características de lojas, regiões, perfil de consumo, condições demográficas e estruturais mapeados e ranqueados, que resultaram em um plano detalhado que está sendo seguido à risca por um time de aproximadamente 50 pessoas dedicadas com histórico na área e muita experiência.

Acreditamos que os avanços operacionais implementados ao longo dos últimos anos posicionam a Pague Menos como um dos melhores veículos para capturar o crescimento que se desenha para o nosso setor. A consciência da população para todos os aspectos relacionados à saúde aumentou durante a pandemia, alavancando o consumo de produtos saudáveis, vitaminas, probióticos, aparelhos de saúde para monitorar suas patologias, maior consciência sobre higiene em geral, entre outros. Todos esses fatores, associados a uma tendência estrutural de rápido envelhecimento populacional e potencial consolidação no setor, nos deixam especialmente otimistas com o futuro.

Além dos excelentes resultados alcançados em 2020 e da realização bem-sucedida de nosso IPO, reforçamos nosso pilar de brasilidade com o emblemático acordo de patrocínio da seleção brasileira de futebol. Somos a primeira e única rede de farmácias presentes em todos estados da federação e, agora ao lado do maior símbolo da paixão nacional, potencializamos a realização de campanhas promocionais para nossos clientes e colaboradores – aumentando o engajamento e a força da marca Pague Menos.

Seguimos firmes em nosso propósito de fazer com que os nossos clientes Vivam Plenamente.

Mário Queirós
Diretor-Presidente



PORTFÓLIO DE LOJAS

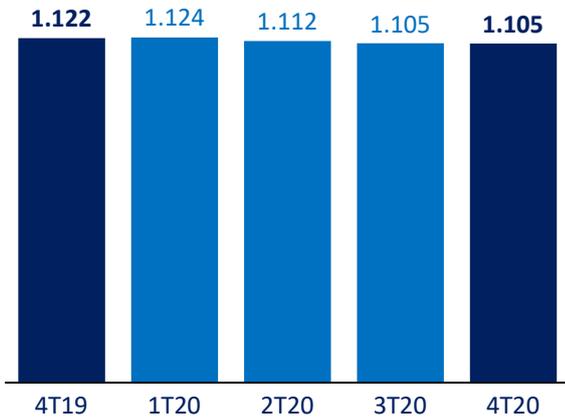
Encerramos o ano com uma base de 1.105 lojas distribuídas em 327 municípios. Durante o 4T20 não realizamos aberturas ou fechamentos de filiais.

O novo ciclo de expansão iniciado em 2020 está em curso e dentro do cronograma previsto. As primeiras lojas já estão com contratos assinados e em processo de construção e obtenção de licenças.

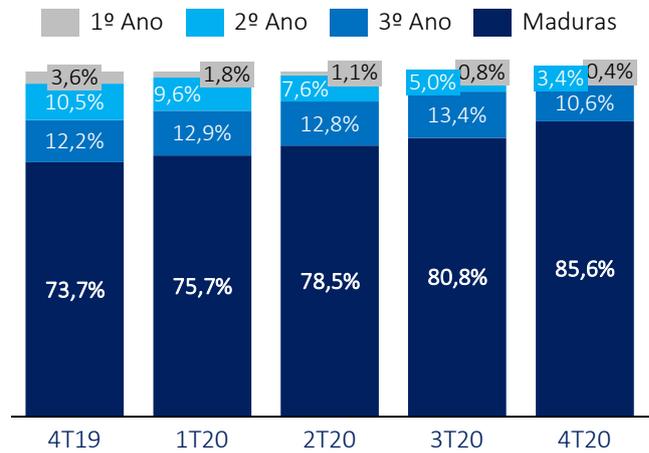
No 4T20, aceleramos o processo de reformas, com 28 filiais reformadas no período. Para 2021, seguiremos com o plano e a expectativa de bons retornos sobre esses investimentos.

Seguem abaixo a evolução do número de lojas, perfil etário e distribuição regional do portfólio:

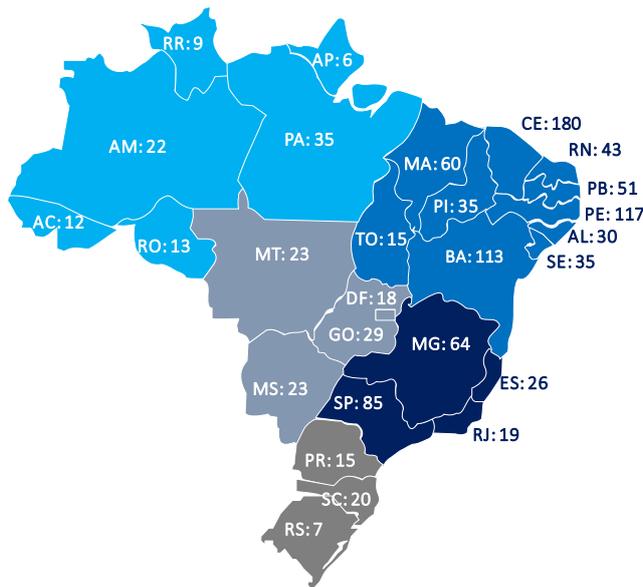
Base de Lojas



Perfil Etário de Lojas



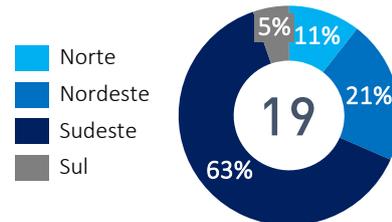
Distribuição por UF



Aberturas de Lojas UDM*



Fechamentos de Lojas UDM*



* UDM: últimos doze meses

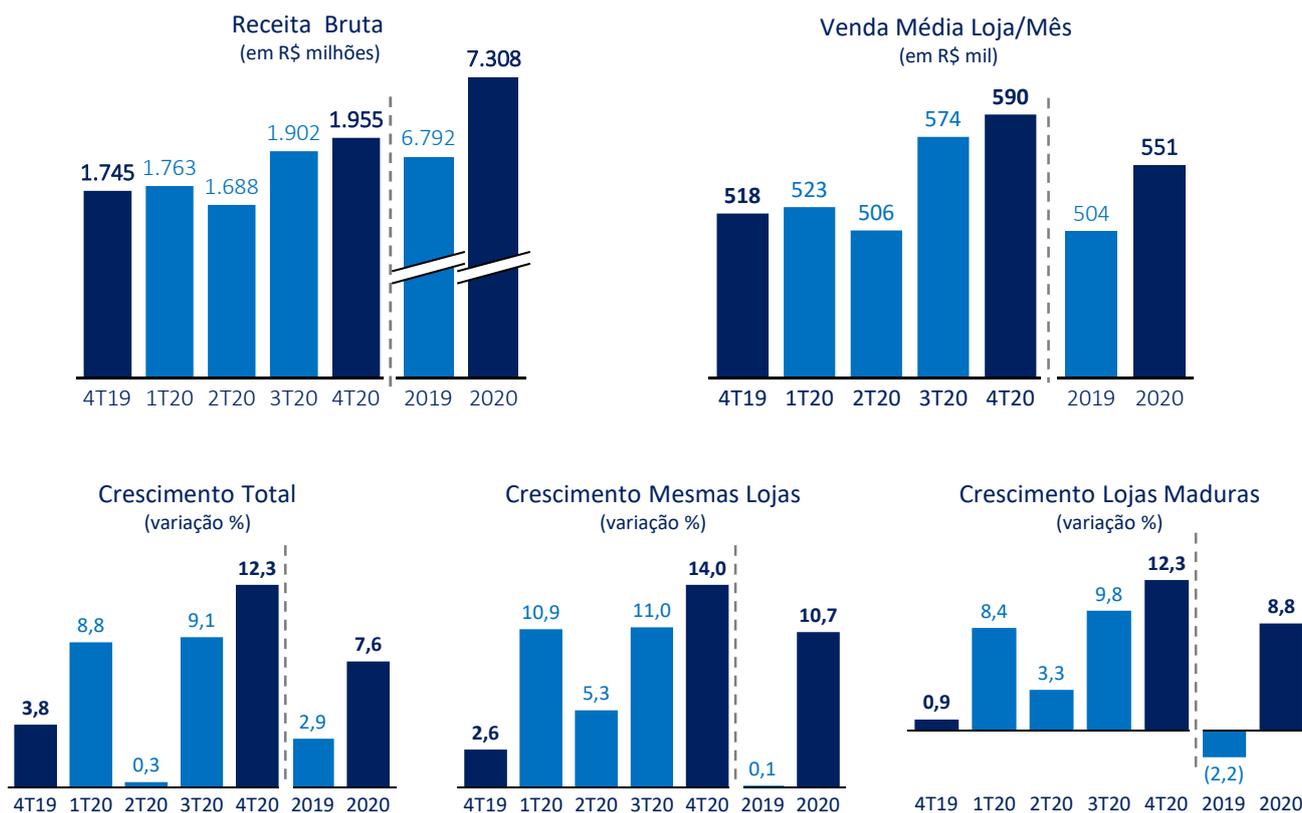


VENDAS

Encerramos 2020 com receita bruta de R\$ 7,3 bilhões, crescimento de 7,6% em comparação com o ano anterior. No 4T20, atingimos R\$ 1,9 bilhão em faturamento, crescimento total de 12,1% em relação ao 4T19. A venda média mensal por loja atingiu R\$ 590 mil no 4T20, crescendo 13,8% em relação ao 4T19.

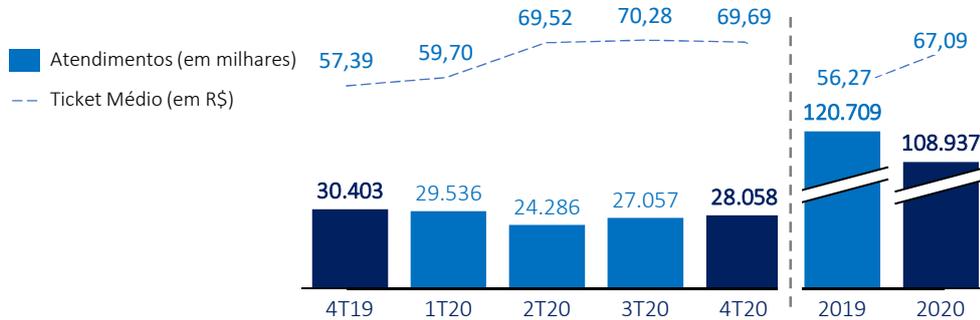
O forte ritmo de crescimento é resultado principalmente das ações de i) aumento no sortimento de produtos em lojas, ii) redução no índice de ruptura de estoque, iii) melhorias na operação das lojas, iv) melhorias nos indicadores de satisfação dos nossos clientes, v) aumento de participação dos canais digitais, vi) maior adesão de clientes ao Clinic Farma e vii) crescimento de vendas de convênios e parcerias. Observamos crescimento em vendas de forma equilibrada entre as diferentes regiões em que atuamos, o que reforça a consistência da nossa execução.

O crescimento no conceito mesmas lojas foi de 14,0% no 4T20 e 10,7% no ano, enquanto lojas maduras cresceram 12,3% no 4T20 e 8,8% no ano. Destacamos o crescimento no conceito mesmas lojas, uma vez que o portfólio de filiais maduras representava 85,6% das lojas no 4T20, ou seja, menos de 15% das unidades em fase de maturação e portanto com curva de crescimento das vendas mais acentuada. A consistência no crescimento mesmas lojas reforça o sucesso do *turnaround* executado ao longo dos últimos anos.



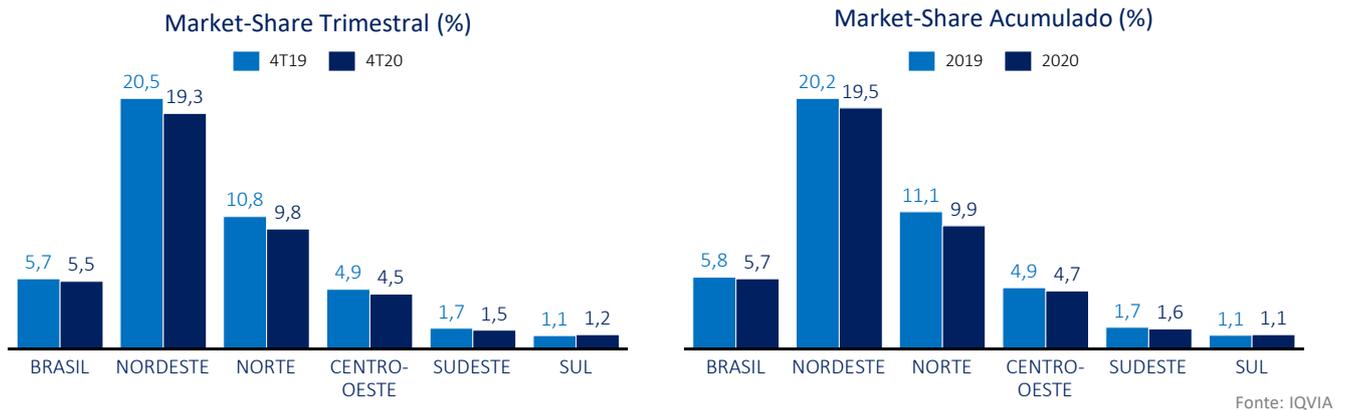
Assim como nos trimestres anteriores, observamos crescimento relevante de 21,4% no ticket médio e redução de 7,7% na quantidade de atendimentos, consequência de mudança de comportamento dos clientes, decorrente das medidas de distanciamento social. Importante notar que, mesmo com a parcial recuperação do tráfego em loja (alta 15,5% vs o 2T20, momento mais agudo da pandemia) o ticket médio vem se mantendo em patamar elevado, quando comparado ao ano anterior.

¹ O conceito de Mesmas lojas desconsidera lojas fechadas temporariamente com duração superior a sete dias corridos. Incluindo lojas fechadas temporariamente na base, os crescimentos mesmas lojas do 1T20, 2T20, 3T20, 4T20 e 2020 foram de 9,9%, 1,7%, 10,9%, 13,5% e 9,2%, respectivamente.



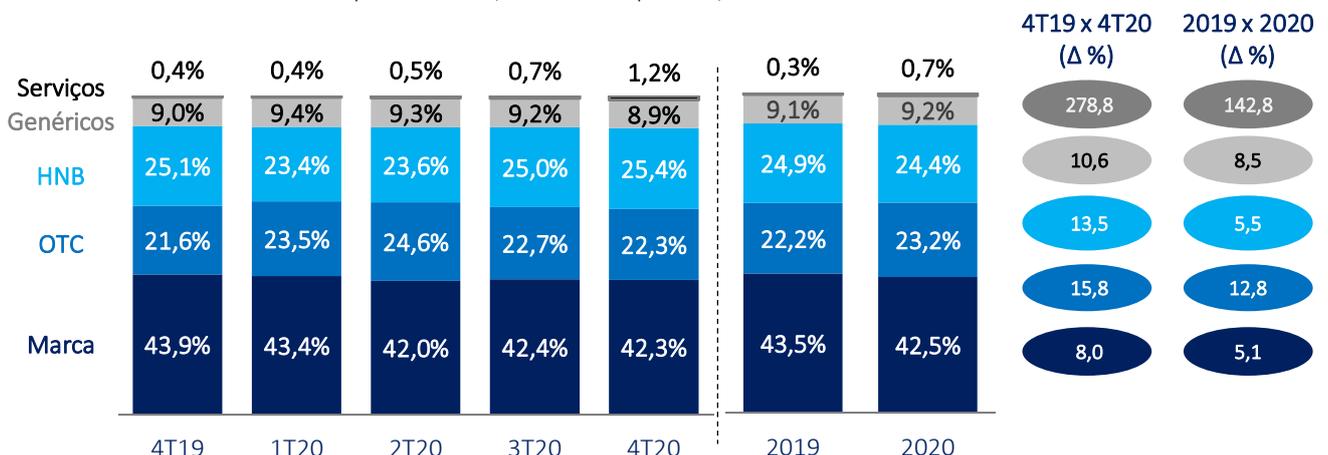
MARKET-SHARE

No 4T20, nosso market-share nacional foi de 5,5%, com retração de 0,2p.p. em relação ao 4T19. No ano de 2020, o recuo de market-share foi de 0,1 p.p., saindo de 5,8% para 5,7%. A relativa manutenção de nossa participação de mercado acontece no contexto de i) crescimento de farmácias independentes e associativistas, que ganharam 2,1p.p. de participação de mercado no 4T20, em decorrência das medidas de isolamento social, gerando aumento de consumo nos bairros periféricos e ii) redução de 17 lojas líquidas em nossa base de lojas, em decorrência da otimização do portfólio realizada.



MIX DE VENDAS

No 4T20, observamos aumento de participação da receita proveniente de serviços, resultado, principalmente, da alta demanda por testes de Covid-19. A pandemia também impulsionou a demanda por categorias específicas de não-medicamentos, como vitaminas, itens de higiene pessoal e aparelhos de saúde. Com isso, a participação de não-medicamentos no mix de vendas passou de 33,8% no 4T19 para 35,5% no 4T20.





MARCAS PRÓPRIAS

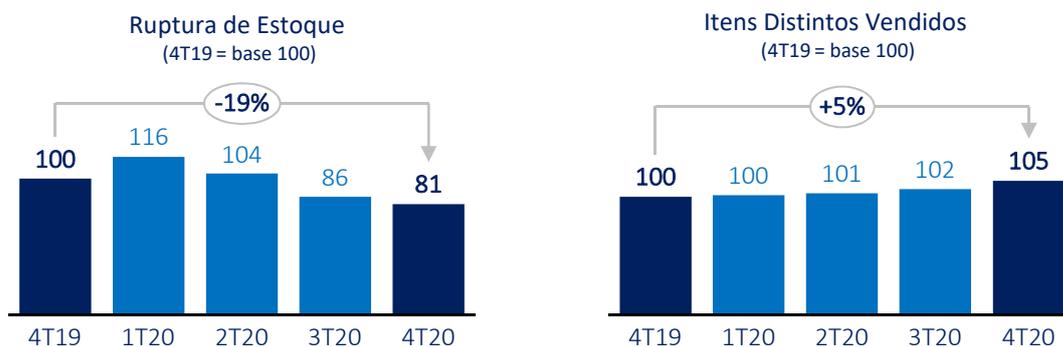
Nosso portfólio de produtos marcas próprias continua crescendo. No 4T20, foram lançados produtos em categorias estratégicas como fraldas infantis, suplementos nutricionais e bronzeadores. A receita bruta proveniente dessa linha de produtos cresceu 9,4% no 4T20, representando 5,2% das vendas totais (vs 5,4% no 4T19). Considerando apenas o autosserviço, a participação de vendas de itens marcas próprias foi de 11,0% no 4T20. Com a diversificação no portfólio de produtos, maturação de novas categorias e relevante pipeline de lançamentos em 2021, estamos otimistas com essa linha de produtos.



DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS

Desde 2018, promovemos uma readequação da estratégia comercial no sentido de ampliar o portfólio de produtos disponíveis nas lojas. Novos itens ativados nos últimos dois anos representaram mais de 10% das vendas no 4T20. Um dos indicadores que evidencia a ampliação de sortimento em lojas é a quantidade de itens distintos vendidos, que cresceu 5% em relação ao 4T19.

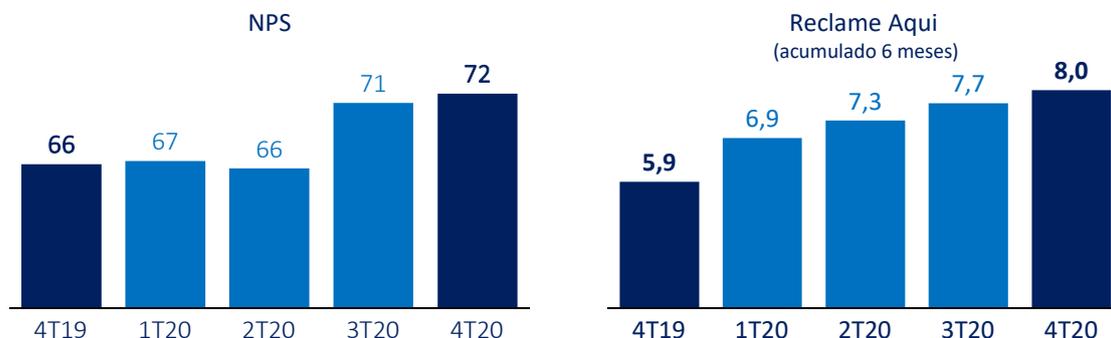
A melhoria no indicador de ruptura de estoques (“stockout”) continua contribuindo com a forte performance em vendas. Dentre as iniciativas que vem sendo realizadas destacamos: i) aprimoramento dos algoritmos de abastecimento de produtos, ii) ajustes na frequência de entrega em lojas e iii) inclusão de novos distribuidores no grupo de fornecedores. Com esses esforços, reduzimos o indicador de ruptura em lojas em 19% no 4T20 em relação ao 4T19. Importante destacar que o movimento de queda na ruptura vem acompanhado de incremento de sortimento, diversificação de fornecedores e mudança no mix de vendas provocada pela pandemia.



SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Seguimos melhorando de forma consistente o nível de serviço e satisfação dos nossos clientes, medido principalmente pelo NPS¹ e ReclameAqui. No 4T20, atingimos NPS médio de 72, alta de 6 pontos em relação ao 4T19. Os principais atributos da melhoria nos níveis de satisfação dos clientes foram ambiente de loja, atendimento no balcão e no caixa. No ReclameAqui, atingimos a nota 8,0, posicionando a Pague Menos como uma das redes varejistas com maior reputação na plataforma.

¹ Medido através de pesquisa enviada via SMS para a base de clientes ativos no período. São enviados em média 3 milhões de SMS por mês com taxa média de respostas de 2%.



HUB DE SAÚDE

Em 2020 reforçamos a nossa proposta de valor com a oferta de uma solução cada vez mais completa de saúde e bem-estar para os nossos clientes. No 4T20 ampliamos o portfólio de serviços para mais de 30 protocolos de saúde. Passamos a oferecer testes genéticos para recém-nascidos, em parceria com a *healthtech* Mendelics/MeuDNA, permitindo o diagnóstico precoce de mais de 300 doenças graves, silenciosas e tratáveis, desenvolvidas na primeira infância. Além disso, testes de fundoscopia, *check-ups* laboratoriais e dois novos testes de Covid-19 (SWAB e PCR-LAMP) passaram a ser ofertados em diversas unidades do Clinic Farma. Também lançamos uma linha de serviços *home care*, com a oferta de atendimento farmacêutico e aplicação de testes em domicílio.

ACOMPANHAMENTO



SERVIÇOS



Lançamentos 4T20



O Clinic Farma segue em rápido desenvolvimento, tornando-se cada vez mais relevante para os nossos clientes. No 4T20, atingimos média mensal de atendimentos superior a 120 mil consultas, que representou adesão de 2,9% do total de clientes da Companhia no período. O faturamento do canal registrou crescimento de 160% em relação ao trimestre anterior, alavancado pela demanda por testes de Covid-19 e crescimento do portfólio de produtos e serviços. Excluindo os testes de COVID o faturamento do canal cresceu 20% em relação ao 3T20.

A vertical de convênios e parcerias avançou significativamente em 2020, com mais de 100 contratos firmados ao longo do ano. As vendas provenientes desses contratos representaram 14,2% do faturamento total no 4T20, acréscimo de 9,3p.p. em relação ao 4T19. Além de parcerias via descontos em medicamentos, que contribuem para a captura e retenção de clientes de alto valor, ampliamos o escopo de parcerias com a oferta dos serviços do Clinic Farma para clientes de empresas conveniadas. Estamos desenvolvendo uma solução de integração com planos de saúde privados, para que esses utilizem as unidades do Clinic Farma como postos avançados de acompanhamento e monitoramento de doenças de pacientes crônicos, contribuindo para aumentar a eficácia da cobertura médica.



Atendimentos e adesão Clinic Farma
(em milhares e % do total de clientes)



Venda Convênios e Parcerias
(em R\$ milhões e % da venda total)



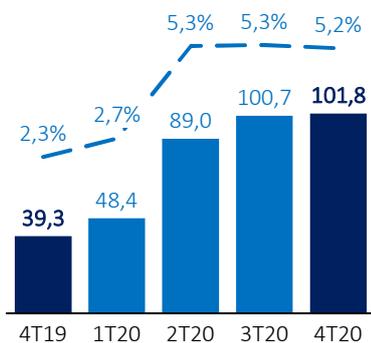
Ampliamos também nossas parcerias com o setor público, reforçando o Clinic Farma como um importante posto de saúde primário para cuidado do brasileiro. Estamos realizando piloto com a Secretaria de Saúde do Ceará no qual pacientes com hipertensão são encaminhados ao Clinic Farma, onde contarão com acompanhamento periódico gratuito de pressão arterial. Por meio da parceria, os profissionais de saúde do município podem acompanhar a evolução do quadro clínico dos pacientes, viabilizando tratamento preventivo da patologia. Disponibilizamos também nossas lojas para a campanha de vacinação contra a Covid-19, já firmamos parcerias com duas importantes capitais, disponibilizando o espaço físico para aplicação da vacina, mão de obra e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

PLATAFORMA OMNICHANNEL

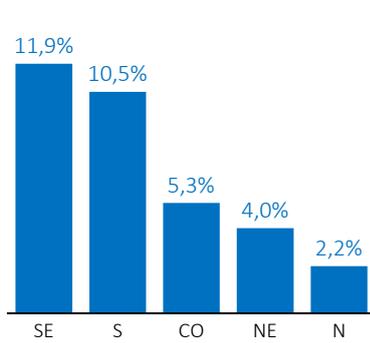
A Pague Menos possui uma plataforma digital no conceito *omnichannel*, na qual e-commerce (*app e website*), redes sociais, central de televendas, lojas físicas e plataforma de conteúdo funcionam de forma integrada para permitir a oferta de produtos e serviços de saúde aos nossos clientes onde, como e quando quiserem.

No 4T20 as vendas dos canais digitais cresceram 159%, representando 5,2% da venda total da Companhia, incremento de 2,9p.p. em relação ao 4T19. Em regiões onde o e-commerce se encontra em estágio mais maduro, como o Sul e Sudeste, a participação nas vendas é superior a 10%.

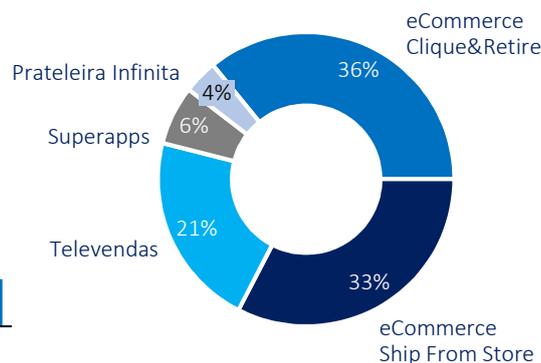
Venda Digital
(em R\$ milhões e % da venda total)



Participação por Região
(% da venda total no 4T20)



Venda por Canal Digital
(Participação da Venda Digital)



O Clique&Retire se tornou a principal modalidade de vendas do canal digital, concentrando 36% do volume de vendas (+4p.p. vs o 3T20). Presente em todas as lojas, esse serviço permite que os clientes realizem a compra online de produtos, inclusive medicamentos controlados, e retirem o pedido na loja de sua preferência.

Inovações lançadas em 2020, como os serviços de Prateleira Infinita, Assinatura Programada e Lockers, estão apresentando rápido desenvolvimento, contribuindo para alto nível de serviço e experiência de compra cada vez mais *omnichannel*. A Prateleira Infinita, que permite aos clientes receberem em casa, sem custo de frete, produtos não disponíveis na loja no momento de compra, atingiu a marca de mais de 40 mil pedidos no 4T20. A Assinatura Programada,



que permite o agendamento de compras recorrentes de produtos em nosso *site* e *app*, possui atualmente mais de 12 mil itens habilitados. Os *Lockers*, lançados no 4T20, estão atualmente presentes em lojas selecionadas de São Paulo e Fortaleza, permitindo uma experiência de coleta de pedidos realizados via Clique&Retire de forma mais rápida e eficiente.

Continuamos empenhados em alcançar níveis de serviço cada vez melhores e, por isso, temos desenvolvido uma série de iniciativas para alavancar a entrega expressa em nossos canais digitais. No 4T20, 83% das entregas foram feitas em menos de 24 horas e 49% em menos de 4 horas.

PLATAFORMA DE CONTEÚDO E CRM

A plataforma de conteúdo Sempre Bem continua a ser uma importante alavanca de engajamento e promoção de saúde e bem-estar para nossos clientes. Durante a Black Friday Pague Menos, atingimos expressivos números de impactos impulsionados pela estratégia integrada de produção de conteúdo, relacionamento com a indústria e mídia 360º.

No 4T20 firmamos contrato de patrocínio com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para as seleções masculina, feminina e de base para os próximos quatro anos, o que irá permitir a execução de campanhas e ativações para nossos clientes e colaboradores, aumentando o engajamento e a força da marca.

Continuamos investindo na produção de conteúdos exclusivos de saúde, beleza e bem-estar, reforçando a nossa proposta de ser um Hub de Saúde. Encerramos o 4T20 com 406 mil seguidores no Instagram (+7,1% vs o 3T20) e 143 mil inscritos em nosso canal no YouTube (+14,4% vs o 3T20).

As diferentes iniciativas de fidelização e ampliação do escopo do nosso Hub de Saúde nos permitem conhecer melhor os nossos clientes e sermos cada vez mais precisos na oferta de produtos, serviços e promoções personalizadas. O cupom de ofertas (“Desconto Só Meu”) atingiu em 2020 crescimento de 20% de ativações em relação a 2019. Utilizamos cada vez mais comunicações segmentadas via SMS, e-mail e *push* para ativação de clientes, fazendo com que a venda incremental por meio de ofertas personalizadas crescesse 48% em 2020.

Concluimos no 4T20 a implementação do novo DBM (*database marketing*) em parceria com Ibope-DTM, o que nos dará maior velocidade de análise e utilização dos dados de comportamento para tomada de decisão e ações personalizadas.





LUCRO BRUTO

No 4T20, o lucro bruto atingiu R\$ 574,8 milhões com margem bruta de 29,4%, redução de 2,1 p.p. em relação ao 4T19 e incremento de 0,8 p.p. em relação ao 3T20. O recuo de margem na comparação com o 4T19 é decorrência principalmente de créditos fiscais reconhecidos no 4T19, mudança no mix de vendas e o ajuste a valor presente (efeito não-caixa). Na comparação com o 3T20, o incremento de margem deve-se principalmente às melhorias implementadas na metodologia de negociação com fornecedores (Projeto *Vendor Management*), ajustes em precificação de produtos por zonas/*clusters* (Projeto *Pricing*), acréscimo na participação dos serviços de saúde e pela melhoria no indicador de perdas com estoques.

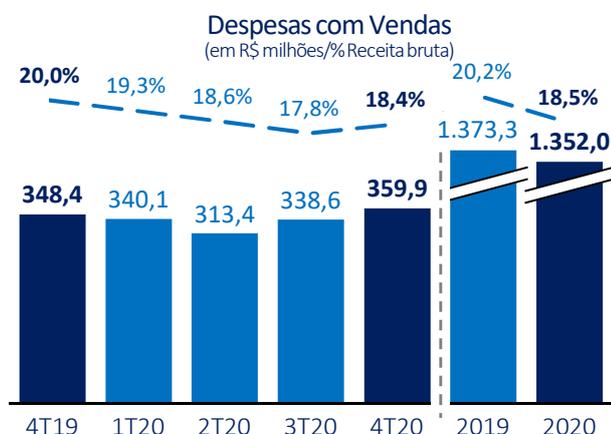
No ano de 2020, a Margem Bruta recuou 1,2 p.p. em relação a 2019, principalmente em função do aumento no indicador de perdas com estoques, decorrentes da ampliação de sortimento realizada ao longo dos últimos 2 anos (mais que compensadas pelo incremento nas vendas), mudança no mix de vendas e efeito contábil de AVP. Esperamos continuar capturando os benefícios dos Projetos de *Vendor Management* e *Pricing* nos próximos trimestres e melhorando o indicador de perdas com estoques.



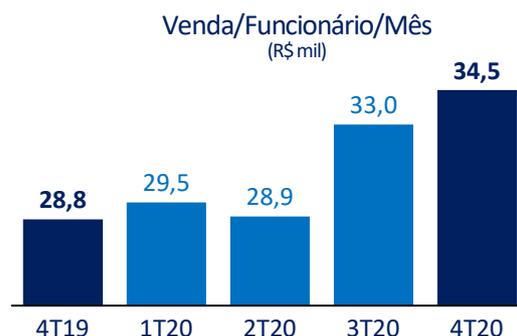
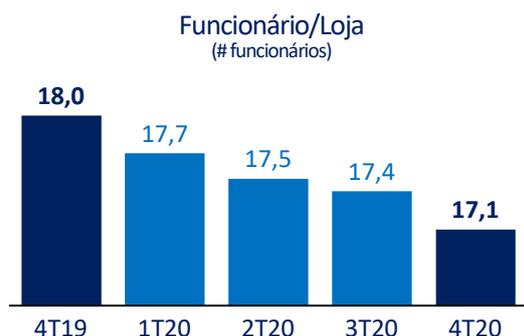
DESPESAS COM VENDAS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

No 4T20 as despesas com vendas totalizaram R\$ 359,9 milhões, equivalente a 18,4% da receita bruta, representando melhoria na alavancagem operacional em 1,6 p.p. vs o 4T19. A melhoria deve-se principalmente ao aumento na venda média por loja e pelo programa de produtividade (acompanhado por melhora do NPS). Em relação ao 3T20 houve acréscimo de 0,6 p.p. em função de maiores investimentos em campanhas de marketing e reservas para remuneração variável e Plano de Ações Restritas para a hierarquia de lojas, uma vez que parte importante das metas operacionais do ano foram superadas.

As despesas administrativas e gerais totalizaram R\$ 57,1 milhões no 4T20, equivalente a 2,9% da receita bruta, aumento de 0,2 p.p. em relação ao 4T19. O incremento de despesas deve-se ao acréscimo nas reservas para remuneração variável e Plano de Ações Restritas para o *management* da companhia, em função do atingimento de metas.

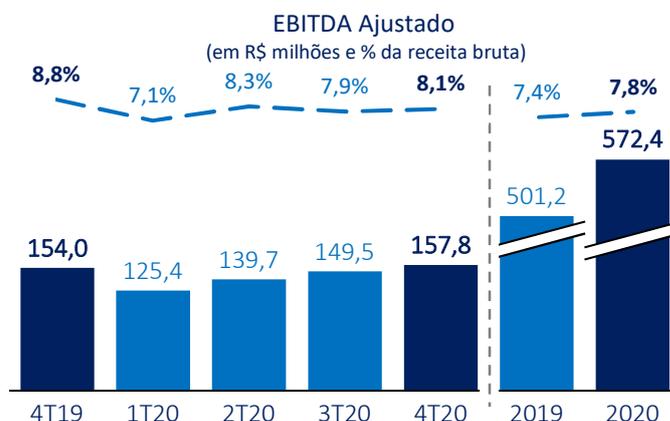


Ao longo dos últimos três anos promovemos intenso processo de racionalização da operação, treinamentos da força de vendas e implantação de novos sistemas e processos para alavancagem da produtividade. Com isso, observamos nos últimos trimestres consistente evolução nos indicadores de funcionário médio por loja e venda média por funcionário. Importante destacar que o ganho de produtividade veio acompanhado de melhoria no NPS.



EBITDA AJUSTADO

Encerramos o 4T20 com EBITDA de R\$ 157,8 milhões e o ano com R\$ 572,4 milhões, crescimento de 14,2% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA foi de 8,1% no 4T20 e 7,8% no ano, crescimento de 0,4 p.p. A melhoria na rentabilidade deve-se principalmente ao forte crescimento nas vendas e o aumento da produtividade. Apesar da redução na margem bruta de 1,2 p.p. mencionada anteriormente, conseguimos expandir a margem EBITDA devido a melhoria na alavancagem operacional em 1,7 p.p.



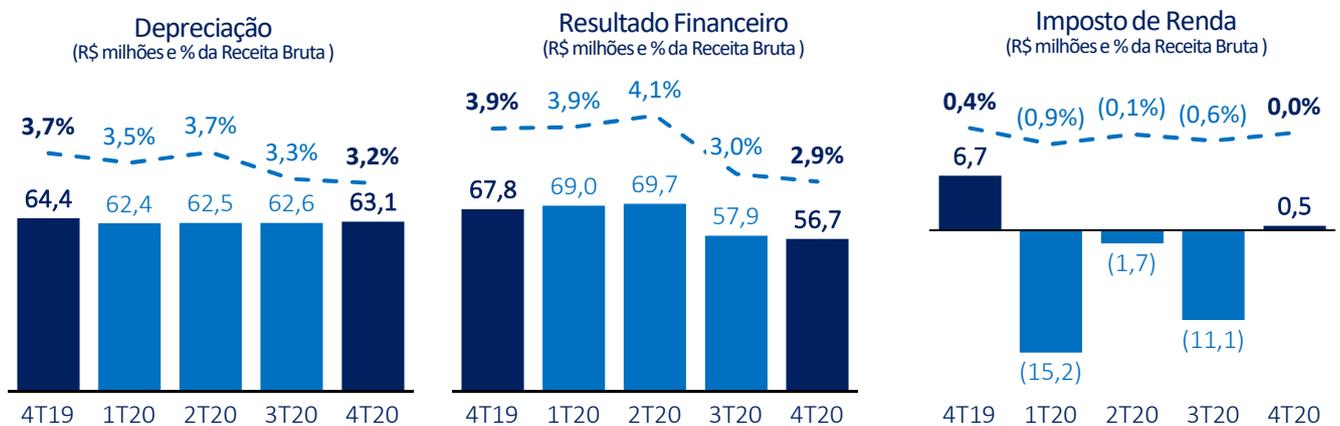


DEPRECIÇÃO, DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTO DE RENDA

No 4T20, a depreciação totalizou R\$ 63,1 milhões, sendo R\$ 41,3 milhões relacionados a depreciação do ativo de direito de uso – IFRS16, apresentando redução de 2,0% em relação ao 4T19.

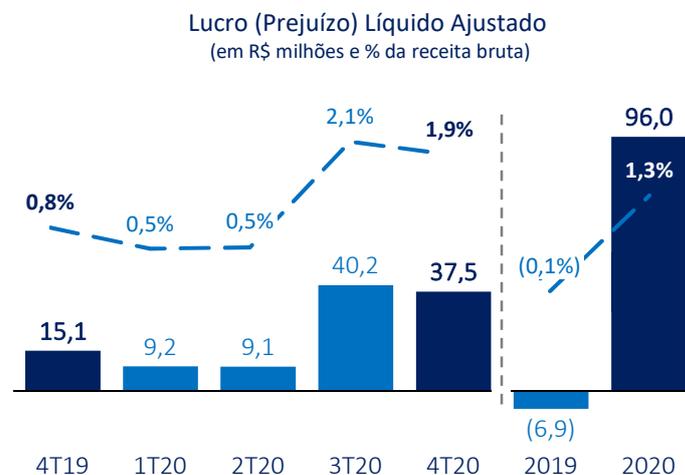
O resultado financeiro totalizou despesa líquida de R\$ 56,7 milhões no trimestre, recuo de 16,4% em relação ao 4T19. A economia foi gerada pela não realização de operações de antecipação de recebíveis no período, redução no endividamento e redução no custo da dívida, além de reflexos no cálculo do AVP, decorrentes da queda na taxa de juros e da melhoria no rating da companhia.

As despesas com imposto de renda foram de R\$ 0,5 milhão no 4T20, uma redução de R\$ 6,2 milhões na comparação com o 4T19, em decorrência de diferenças temporais no efeito de exclusões permanentes.



LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO

Encerramos o 4T20 com lucro líquido de R\$ 37,5 milhões e no ano foi de R\$ 96,0 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 6,9 milhões do ano anterior. A margem líquida foi de 1,9% no 4T20 e de 1,3% no ano, reflexo de todos os avanços operacionais e de resultados demonstrados anteriormente.

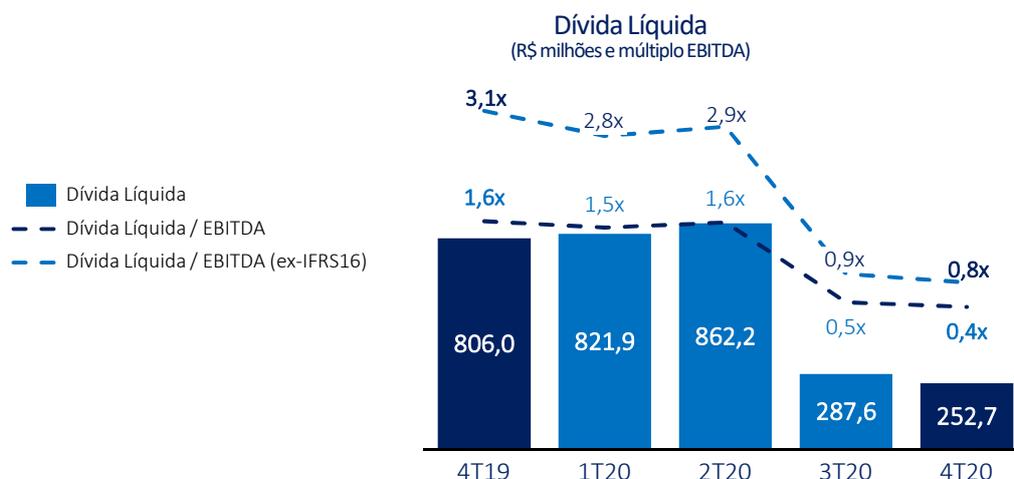




ENDIVIDAMENTO

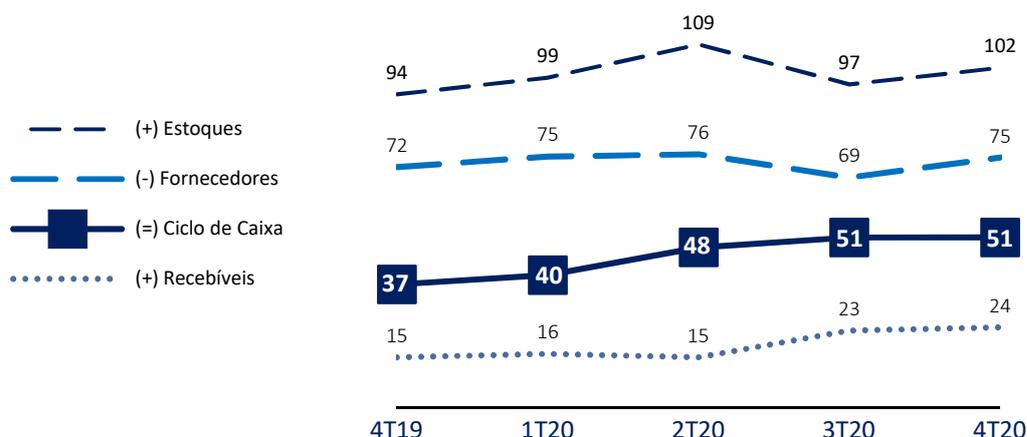
A Companhia segue sua trajetória de desalavancagem financeira. A dívida bruta no 4T20 totalizou R\$ 872,7 milhões, redução de R\$ 89,3 milhões em relação a posição do 2T20, a última pré-IPO. Além da redução da dívida, a liquidez reforçada pelo IPO nos permitiu renegociar os termos das linhas de financiamento. O custo médio da dívida saiu de CDI + 3,3% no 2T20 para CDI + 2,6% no 4T20, chegando a CDI + 2,3% ao final de janeiro/21.

A dívida líquida encerrou o 4T20 em R\$ 252,7 milhões, múltiplo de 0,4x o EBITDA com IFRS16 dos últimos doze meses e 0,8x EBITDA ex-IFRS16.



CICLO DE CAIXA

No 4T20 o ciclo de caixa foi de 51 dias (+14 dias em relação ao 4T19), causado principalmente pelo incremento no prazo médio de recebimento, sobretudo devido a não realização de operações de antecipação de recebíveis, em decorrência da liquidez da Companhia. Além disso, a diferença PME – PMP, que no 4T19 era de 22 dias, aumentou para 27 dias no 4T20 em função de maiores investimentos em estoques e mix de produtos.



Notas:

O cálculo do Prazo Médio de Estoques e do Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores desconsideram os efeitos do AVP. O cálculo do Prazo Médio de Recebimentos consideram os efeitos das antecipações de recebíveis.



INVESTIMENTOS

Ao longo de 2020 foram investidos R\$ 45,9 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo, com a maior parte do investimento sendo direcionado para a projetos de tecnologia e modernização do parque de lojas.

Capex (R\$ milhões)	2019	%	2020	%
Abertura de lojas	16,4	28%	1,7	4%
Reforma de Lojas	20,9	35%	19,3	42%
Tecnologia	6,2	10%	15,0	33%
Infraestrutura	16,0	27%	10,0	22%
Total	59,5	100%	45,9	100%

FLUXO DE CAIXA

No 4T20, registramos um fluxo de caixa livre negativo em R\$ 57,7 milhões, resultado principalmente da variação em contas de capital de giro. Em 2020, registramos fluxo de caixa livre negativo em R\$ 217,6 milhões, em decorrência principalmente da normalização do ciclo de caixa com a não antecipação de recebíveis.

Fluxo de Caixa Gerencial (R\$ milhões)	4T19	4T20	2019	2020
EBITDA	136,7	157,8	468,8	572,4
(-) Pagamentos de arrendamento (IFRS 16)	(61,0)	(60,7)	(242,1)	(245,8)
(Δ) Contas a receber	83,5	(44,9)	27,5	(235,7)
(Δ) Estoques	(150,5)	(118,0)	76,3	(237,1)
(Δ) Fornecedores	226,8	136,4	23,9	136,7
(Δ) Tributos a recuperar	(145,4)	(16,6)	(230,0)	(98,6)
(+/-) Variação outros ativos e passivos/Efeitos não caixa	(11,7)	(84,1)	11,3	(63,6)
(=) Fluxo de caixa das operações	78,5	(30,1)	135,8	(171,7)
(-) Investimentos de capital	(9,1)	(27,7)	(59,5)	(45,9)
(=) Fluxo de caixa de investimentos	(9,1)	(27,7)	(59,5)	(45,9)
Fluxo de caixa livre	69,4	(57,7)	76,3	(217,6)
(+) Captação de dívida bruta	148,3	100,0	779,4	324,0
(-) Pagamento de dívida bruta	(178,0)	(171,7)	(795,0)	(390,9)
(-) Serviço da dívida	(13,8)	(9,6)	(55,5)	(38,0)
(+) Recursos líquidos captados no IPO	-	103,1	-	817,9
(=) Fluxo de caixa de financiamento	(43,6)	21,8	(71,1)	713,0
Saldo inicial de caixa, equivalentes e aplic. financeiras	98,7	655,9	119,3	124,5
Saldo final de caixa, equivalentes e aplic. financeiras	124,5	620,0	124,5	620,0
Variação de Caixa e Equivalentes	25,8	(35,9)	5,2	495,4



RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

Para melhor entendimento e comparabilidade do resultado entre trimestres, apresentamos abaixo a visão ajustada, desconsiderando despesas e receitas não recorrentes dos resultados. A tabela detalha os ajustes não recorrentes e a reconciliação do EBITDA, que já consideram os efeitos do IFRS16.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20
Lucro (Prejuízo) Líquido Contábil	6,3	9,2	9,1	40,2	37,5
(+) Resultado Financeiro Líquido	59,2	69,0	69,7	57,9	56,7
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	6,7	(15,2)	(1,7)	(11,1)	0,5
(+) Depreciação e Amortização	64,4	62,4	62,5	62,6	63,1
EBITDA	136,7	125,4	139,6	149,6	157,8
(+) Perdas Extraordinárias nos Estoques ¹	23,4	-	-	-	-
(+) Despesas com Fechamento de Lojas ²	16,2	-	-	-	-
(-) Créditos tributários ³	(22,2)	-	-	-	-
Total de ajustes EBITDA	17,4	-	-	-	-
EBITDA Ajustado	154,0	125,4	139,6	149,6	157,8

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Lucro Ajustado (R\$ milhões)	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20
Lucro (Prejuízo) Líquido Contábil	6,3	9,2	9,1	40,2	37,5
(+) Perdas Extraordinárias nos Estoques ¹	23,4	-	-	-	-
(+) Despesas com Fechamento de Lojas ²	16,2	-	-	-	-
(-) Créditos tributários ³	(22,2)	-	-	-	-
(-) Atualização Monetária de Créditos Fiscais ³	(8,5)	-	-	-	-
Total de ajustes Lucro Líquido	8,9	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	15,1	9,2	9,1	40,2	37,5

¹ Perdas extraordinárias nos estoques em decorrência da incineração de produtos com data de validade expirada, acima do normal para o período, resultado da adaptação do Centro de Distribuição de Goiás às novas regras impostas pela Vigilância Sanitária local.

² Despesas com fechamento de lojas, principalmente referente a baixa de benfeitorias em imóveis alugados de terceiros e outras despesas relacionadas decorrente da implementação do programa de otimização do portfólio de lojas.

³ Reconhecimento de créditos tributários decorrentes de ação transitada em julgado da inconstitucionalidade relativa à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, impactando a linha de "Despesas Gerais e Administrativas" e a respectiva atualização monetária desses créditos fiscais, reconhecida na linha de "Resultado Financeiro".

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa que seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não prestaram serviços não relacionados à auditoria no período findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pela emissão de carta conforto no âmbito da oferta pública de ações realizada em 02 de setembro de 2020.



RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, SOCIAL E AMBIENTAL (ESG)

No 4T20 ampliamos o abastecimento de energia renovável para 35,4% de nossas lojas, avanço de 27p.p. em relação ao 3T20. Encerramos o ano com todas as lojas e centros de distribuição localizados nos estados do Ceará, Pará, Maranhão, Paraíba, Alagoas e Sergipe abastecidos por energia renovável, gerada a partir de 17 parques solares distribuídos nesses estados. Com isso, promovemos uma redução na emissão anual de CO₂ em 650 mil toneladas. Já estão contratados e em processo de construção outros 37 parques solares com capacidade de ampliar a geração de energia renovável para 100% das nossas lojas.

Em dezembro inauguramos a Universidade Corporativa Pague Menos – a UP Farma, que consolida uma série de treinamentos e cursos profissionalizantes para nossos colaboradores. A plataforma de ensino conta com sólida estrutura física distribuída em onze *campi* localizados em nove estados combinada com uma avançada tecnologia de ensino a distância. São seis “escolas corporativas” que oferecem desde workshops e treinamentos técnicos até bacharelados nas áreas de liderança, farmácia, atendimento, operações, tecnologia e varejo.

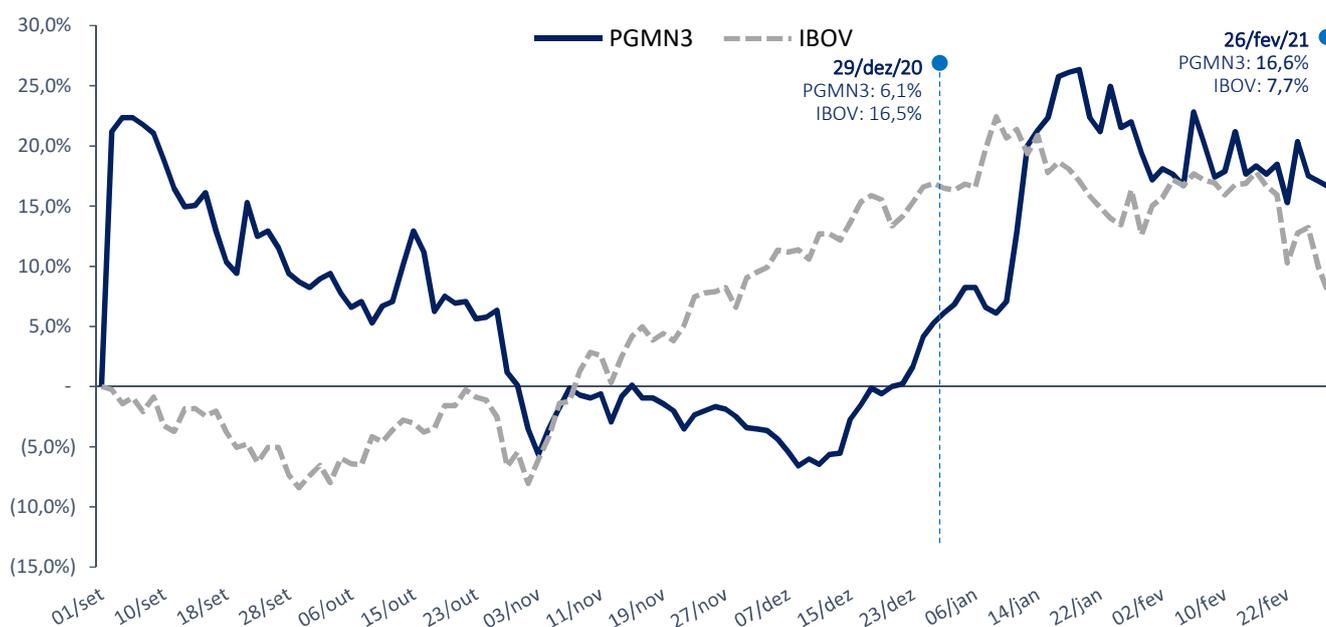
Outro importante marco no trimestre foi a entrada da Companhia nos rankings GPTW 2020 (*Great Place To Work*). Recebemos a certificação GPTW nas categorias saúde e varejo e fomos classificados entre as 25 melhores empresas de para se trabalhar do país, no grupo de grandes empresas de varejo.

MERCADO DE CAPITAIS

Ao final do 4T20, as ações ordinárias da Pague Menos (PGMN3) registraram valorização acumulada desde o IPO de 6,1%. Até o dia 26 de fevereiro de 2021, a valorização acumulada foi de 16,6%, 8,9p.p. acima do índice Ibovespa.

Em dezembro de 2020, a Companhia anunciou seu primeiro plano de recompra de ações, com o objetivo de fazer frente ao plano de ações restritas para o *management* da Companhia. Até o dia 12 de fevereiro de 2021, foram adquiridas 1.040.000 ações.

Também em dezembro de 2020, a Companhia realizou a contratação do BTG Pactual como formador de mercado. No 4T20, a média do volume financeiro diário negociado foi de R\$ 4,9 milhões. Em janeiro e fevereiro de 2021 esse volume foi de R\$ 7,9 milhões.





DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 6-R2 (IFRS 16), que alterou o modelo de reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Para preservar a comparabilidade histórica apresentamos abaixo a conciliação com a norma anterior (IAS 17/CPC 06).

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	4T19	4T20	Δ	4T19	4T20	Δ
Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	1.744,9	1.955,3	12,1%	1.744,9	1.955,3	12,1%
Lucro Bruto	550,2	574,8	4,5%	550,2	574,8	4,5%
<i>Margem Bruta</i>	<i>31,5%</i>	<i>29,4%</i>	<i>(2,1p.p.)</i>	<i>31,5%</i>	<i>29,4%</i>	<i>(2,1p.p.)</i>
Despesas com Vendas	(408,7)	(422,7)	3,4%	(348,4)	(359,9)	3,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(47,7)	(57,1)	19,6%	(47,7)	(57,1)	19,6%
EBITDA Ajustado	93,8	95,1	1,4%	154,0	157,8	2,5%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>5,4%</i>	<i>4,9%</i>	<i>(0,5p.p.)</i>	<i>8,8%</i>	<i>8,1%</i>	<i>(0,8p.p.)</i>
Depreciação e Amortização	(24,3)	(22,1)	(9,0%)	(64,4)	(63,1)	(2,0%)
Resultado Financeiro	(36,3)	(28,2)	(22,3%)	(67,8)	(56,7)	(16,4%)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33,1	44,7	35,1%	21,9	38,1	74,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10,5)	(2,8)	(73,4%)	(6,7)	(0,5)	(92,0%)
Lucro (Prejuízo) ajustado do Período	22,6	41,9	85,7%	15,1	37,5	147,7%
<i>Margem Líquida</i>	<i>1,3%</i>	<i>2,1%</i>	<i>0,9p.p.</i>	<i>0,9%</i>	<i>1,9%</i>	<i>1,1p.p.</i>

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ
Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	6.792,1	7.308,4	7,6%	6.792,1	7.308,4	7,6%
Lucro Bruto	2.054,3	2.120,7	3,2%	2.054,3	2.120,7	3,2%
<i>Margem Bruta</i>	<i>30,2%</i>	<i>29,0%</i>	<i>(1,2p.p.)</i>	<i>30,2%</i>	<i>29,0%</i>	<i>(1,2p.p.)</i>
Despesas com Vendas	(1.615,4)	(1.598,1)	(1,1%)	(1.373,3)	(1.352,3)	(1,5%)
Despesas Gerais e Administrativas	(179,9)	(196,0)	8,9%	(179,9)	(196,0)	8,9%
EBITDA Ajustado	259,1	326,5	26,0%	501,2	572,4	14,2%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>3,8%</i>	<i>4,5%</i>	<i>0,7p.p.</i>	<i>7,4%</i>	<i>7,8%</i>	<i>0,5p.p.</i>
Depreciação e Amortização	(92,4)	(87,5)	(5,3%)	(253,0)	(250,6)	(1,0%)
Resultado Financeiro	(150,3)	(138,0)	(8,1%)	(278,1)	(253,2)	(9,0%)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16,4	101,0	515,6%	(30,0)	68,6	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	7,3	16,4	125,6%	23,1	27,4	18,9%
Lucro (Prejuízo) ajustado do Período	23,7	117,4	395,8%	(6,9)	96,0	-
<i>Margem Líquida</i>	<i>0,3%</i>	<i>1,6%</i>	<i>1,3p.p.</i>	<i>-0,1%</i>	<i>1,3%</i>	<i>1,4p.p.</i>



BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial (R\$ milhões)	IFRS16		
	31/12/19	31/12/20	Δ
Ativo Total	4.807,7	5.753,8	19,7%
Ativo Circulante	2.197,9	3.147,4	43,2%
Caixa e Equivalentes de Caixa	121,1	589,1	386,6%
Aplicações Financeiras	3,5	30,9	782,3%
Contas a Receber de Clientes	288,5	522,9	81,3%
Estoques	1.466,4	1.702,1	16,1%
Tributos a Recuperar	204,2	198,3	(2,9%)
Outros Ativos Circulantes	114,3	104,1	(9,0%)
Ativo Não Circulante	2.609,8	2.606,4	(0,1%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	471,5	611,5	29,7%
Investimentos	70,3	70,8	0,7%
Imobilizado	582,2	541,3	(7,0%)
Direito de uso em arrendamento	1.450,7	1.344,9	(7,3%)
Intangível	35,1	37,9	6,8%
Passivo Total	4.807,7	5.753,8	19,7%
Passivo Circulante	1.693,6	1.889,1	11,5%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	108,0	89,2	(17,4%)
Fornecedores	1.100,3	1.244,5	13,1%
Obrigações Fiscais	86,5	106,4	23,0%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	213,9	241,6	13,0%
Outras Obrigações	20,3	35,1	73,1%
Arrendamento mercantil	164,7	172,3	4,6%
Passivo Não Circulante	2.089,5	1.923,8	(7,9%)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	725,1	636,8	(12,2%)
Outras Obrigações	10,8	8,2	(24,3%)
Arrendamento Mercantil	1.332,3	1.251,5	(6,1%)
Provisões	21,2	27,2	28,2%
Patrimônio Líquido	1.024,5	1.940,9	89,4%
Capital Social Realizado	382,7	1.200,7	213,7%
Reservas de Capital	381,0	383,4	0,6%
Reservas de Lucros	260,8	356,8	36,8%



GLOSSÁRIO

- **Abrafarma:** associação das 26 maiores redes de farmácias do país.
- **AME (Atendimento de Medicamentos Especiais):** linha de medicamentos especiais comercializados pela Pague Menos. São produzidos com alta tecnologia e utilizados em tratamentos complexos e de alto custo, geralmente nas verticais de fertilidade, oncologia e hormônios.
- **Classe Média Expandida:** público das classes sociais B2/C/D, com renda média familiar mensal inferior a R\$ 4,4mil.
- **EBITDA:** lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.
- **HNB (Higiene, Nutrição e Beleza):** classificação de produtos não-medicamentos pertencentes às categorias de higiene pessoal, nutrição e beleza.
- **Lojas Maduras:** lojas abertas há mais de três anos. São lojas que já passaram pelo período de maturação e portanto tendem a ter uma curva de crescimento de vendas menos inclinada do que aquelas em maturação.
- **Market-share:** participação do mercado estimada, com base em dados da IQVIA, empresa global de inteligência de dados aplicados à indústria da saúde.
- **NPS (Net Promoter Score):** métrica de satisfação e lealdade dos clientes com a Companhia.
- **Omnichannel:** o conceito ilustra a abordagem de integração de diferentes canais no varejo, como lojas físicas, e-commerce, televidas e mídias sociais, permitindo ao cliente múltiplas jornadas de compra.
- **OTC (Over-The-Counter):** classificação de produtos vendidos via autosserviço, que inclui medicamentos de venda livre e itens de conveniência, saúde e bem-estar.
- **PBM:** programa de benefício em medicamentos. São programas de descontos criados e administrados pelas indústrias farmacêuticas (laboratórios) com o intuito de facilitar, estimular e promover a adesão à tratamentos para pacientes e médicos.
- **PME:** Prazo médio de estocagem. Refere-se ao prazo médio de estocagem de mercadorias, sendo calculado pelo quociente entre saldo de estoques e CMV do trimestre, multiplicado por 90.
- **PMP:** Prazo médio de pagamento. Refere-se ao prazo médio de pagamento de fornecedores, sendo calculado pelo quociente entre saldo de fornecedores e CMV do trimestre, multiplicado por 90 dias.
- **Ruptura de estoque:** métrica utilizada para mensurar a falta de produtos em loja.
- **SSS (Same Store Sales):** crescimento de vendas no conceito “mesmas lojas”. Refere-se a relação de vendas de mercadorias e serviços realizadas por lojas abertas há mais de doze meses do período atual comparado com as vendas das mesmas lojas no mesmo período do ano anterior. Exclui lojas fechadas temporariamente com duração superior a sete dias corridos e considera as vendas dos canais digitais dispensadas pelas lojas.



TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Teleconferência em Português

2 de março de 2021
10:00 (BRT) | 08:00 (US ET)

Números de conexão: +55 (11) 3181-8565

Código: Pague Menos

Números Replay: +55 (11) 3193 1012

Senha Replay: 1802973#

Webcast: [clique aqui](#)

Teleconferência em Inglês

(tradução simultânea)

2 de março de 2021
10:00 (BRT) | 08:00 (US ET)

Números de conexão: TF +1 844 204-8942

Código: Pague Menos

Números Replay: +55 (11) 3193 1012

Senha Replay: 8935551#

Webcast: [clique aqui](#)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - no segmento do Novo Mercado, sediada na capital do Ceará, sob código de negociação PGMN3.

A Companhia tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, realizando suas vendas por meio de 1.105 lojas (1.122 em 31 de dezembro de 2019), distribuídas em todos os Estados da Federação, conforme abaixo. As lojas são abastecidas por cinco centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos técnicos Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC’s do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e certos passivos financeiros, os quais foram mensurados a valor justo. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas de créditos esperadas, perdas esperadas nos estoques, valorização de instrumentos financeiros, realização de tributos diferidos ativos, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, estimativa do valor recuperável de intangíveis de vida útil indefinida, determinação da taxa incremental dos arrendamentos, provisões necessárias para demandas judiciais, mensuração de passivos financeiros a valor justo, reconhecimento do resultado com acordos comerciais e outras similares. As estimativas e os julgamentos significativos estão divulgados no decorrer da Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Durante a elaboração das demonstrações contábeis foram considerados os efeitos provocados pela pandemia do COVID-19, conforme descrito abaixo:

Análise dos efeitos da COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o “novo corona vírus” (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/20, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa, os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações contábeis e informações trimestrais os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

Destaca-se que até o momento não ocorreram de forma sistemática as seguintes situações:

- i) Interrupção na cadeia de suprimentos, exceto pela falta de produtos cujo a demanda nesse momento é superior a capacidade de produção dos fornecedores;
- ii) Redução significativa de receita, devido à queda na demanda de clientes no mercado interno;
- iii) Inadimplência financeira por parte da Companhia ou seus devedores;
- iv) Rebaixamentos de crédito, que poderia afetar negativamente a capacidade da Companhia de acessar financiamento adequado.

A seguir estão detalhadas as avaliações e conclusões sobre os impactos da pandemia no que tange as principais transações da Companhia.

Recuperabilidade de ativos financeiros

Conforme divulgado na Nota 25 – Instrumentos financeiros, a Companhia está sujeita ao risco de crédito para seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber com administradoras de cartões de crédito e instrumentos financeiros derivativos.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras, referentes a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos ativos, no montante de R\$ 635.271 em 31 de dezembro de 2020. Tais ativos são mantidos em instituições financeiras sólidas nas quais, embora no atual cenário haja possibilidade de aumento da inadimplência de seus clientes, não existem indicativos de aumento significativo do risco de crédito dessas contrapartes. Adicionalmente, vale ressaltar que o Banco Central implementou diversas medidas para aumentar a liquidez das instituições financeiras, de forma que nenhuma perda é esperada em função da pandemia.

Contas a receber de clientes (perdas de créditos esperadas)

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é mitigado pelo fato de que 32% das vendas da Companhia são realizadas em dinheiro a vista e 67% por meio de cartões de crédito e débito. As operações são extremamente pulverizadas. As operações estão concentradas em grandes operadoras de cartão de crédito, normalmente vinculadas à sólidas instituições financeiras. Do total a receber das administradoras de cartão de crédito, 91% do saldo corresponde as operadoras Cielo, cujos acionistas são Banco do Brasil e Banco Bradesco e Rede (cujo acionista é o Banco Itaú), dessa forma, a Companhia considera o risco de inadimplência das administradoras de cartões de crédito extremamente baixo e que os efeitos da pandemia sobre tais contrapartes não são significativos, dessa forma

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



nenhuma perda adicional é esperada.

Recuperabilidade de ativos não financeiros

Estoques

Considerando que a Companhia possui como atividade principal a venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, entre outros produtos de saúde, as operações da Companhia foram consideradas pelas autoridades públicas como essenciais, sendo autorizado a abertura e funcionamento normal das suas lojas.

Apenas as operações localizadas em centros comerciais e Shopping Centers sofreram restrição e foram fechadas temporariamente, entretanto a Companhia não possui lojas paralisadas atualmente.

Assim como as lojas, os centros de distribuição e transportadores foram autorizados a funcionar normalmente, mediante a adoção de medidas de contenção da proliferação do vírus. Os pedidos de compra junto aos fornecedores não foram comprometidos e continuaram sendo entregues normalmente, não ocorrendo interrupção da cadeia de suprimentos. Após o surgimento dos primeiros casos e confirmação dos primeiros óbitos por COVID-19, a demanda por produtos relacionados a saúde, bem como higiene pessoal, apresentou crescimento significativo, inclusive em valores relativos superiores aos observados antes da pandemia. Dessa forma, a Companhia verificou que os riscos de realização dos estoques por um valor inferior ao valor realizável líquido já estão contemplados dentro das estimativas atuais de perdas e não se espera perdas adicionais em função da pandemia.

Imobilizado e intangível

Conforme informado anteriormente, as operações da Companhia não sofreram interrupção generalizada, de forma que, hoje, todas as lojas estão operando normalmente. A Companhia monitora individualmente a capacidade de geração futura de fluxos de caixa de cada loja, de forma a identificar tempestivamente casos em que os fluxos de caixa descontados a valor presente sejam inferiores ao investimento realizado. A Administração revisou as principais estimativas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos ativos (inflação, taxa de crescimento, capex, taxa de desconto, entre outras), porém não foi identificada a necessidade de constituição de provisões adicionais, além daquelas já reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Tributos diferidos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia revisou as principais estimativas utilizadas nas projeções e análises sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos sobre o lucro, considerando os eventuais impactos da COVID-19 nos negócios, e não foi identificada a necessidade de redução dos saldos já reconhecidos nestas demonstrações contábeis.

Mensuração de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

Conforme já comentado, não houve fechamento generalizado de lojas e, em 31 de dezembro de 2020, não há lojas fechadas em função das restrições causadas pela pandemia da Covid-19. Considerando o número reduzido de contratos em negociação e baixa possibilidade de rescisão de tais contratos, não foram observados efeitos significativos sobre os passivos de arrendamento em função da pandemia do COVID-19.

Mensuração do valor justo

A Companhia mantém contratos derivativos de swap para a proteção contra a exposição cambial de dívidas denominadas em moeda estrangeira. Essas operações são mensuradas a valor justo por meio do resultado. Considerando a natureza dessas operações, e que as contrapartes (instituições financeiras) não deverão sofrer impactos relevantes em suas operações, de forma que comprometa o risco de crédito dessas instituições, consideramos que a COVID-19 não produz impactos sobre a mensuração a valor justo de nossas operações.

Provisões e passivos contingentes

A Companhia avaliou a natureza das provisões e passivos contingentes e constatou que a COVID-19 não produziu impactos sobre a mensuração contábil de tais transações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Reconhecimento de receita

A Administração avaliou os critérios de reconhecimento de receitas da Companhia, bem como a existência de quaisquer mudanças sobre as políticas de devolução ou outras obrigações de desempenho assumidas com os clientes e constatou que nenhuma alteração ocorreu nas práticas de reconhecimento das receitas da Companhia.

Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros

A Companhia continua atendendo a todos os indicadores financeiros e não financeiros, definidos em seus contratos de empréstimos, ocorrendo inclusive melhora de tais indicadores. Em 11 de setembro de 2020, o rating da dívida da Companhia foi reavaliado pela Fitch Ratings e a nota foi elevada para 'A(bra)', com Perspectiva Positiva. A Companhia está comprometida com as medidas de austeridade e preservação de caixa, de forma a garantir a sua continuidade operacional. Não foram realizados desligamentos de funcionários fora do curso normal das operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser convertida imediatamente em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria “ativos financeiros ao custo amortizado” (instrumentos de dívida) é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e as aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, terceiros e partes relacionadas, passivos de arrendamento, obrigações tributárias e parcelamento de tributos e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado, além de instrumentos financeiros derivativos ao valor justo pelo resultado. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* para registrar e mensurar seus instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios da NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira foram designados ao valor justo para eliminar o descasamento contábil entre as mensurações dos passivos sujeitos a variação nas taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos de proteção (swaps).

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores (incluindo as operações de risco sacado), passivos de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques inclui todos os gastos para aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são valorizados mensalmente pelo critério do custo médio ponderado.

A Administração espera que seus estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Provisão para perdas de estoques

A Companhia reconhece uma provisão para perdas dos estoques sempre o valor realizável líquido for inferior ao valor contábil. Essa avaliação leva em consideração produtos com baixo giro, avariados e vencidos.

Adicionalmente, uma provisão para perdas com ajustes de inventário é reconhecida em função da programação de inventários em cada loja ou centro de distribuição. Essa estimativa é calculada com base no percentual histórico de diferenças identificadas nos inventários físicos anteriores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



e) Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável da Companhia está substancialmente representada por acordos comerciais em que determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. As principais categorias de acordos comerciais são:

- i. descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios: Trata-se de benefícios concedidos pelos fornecedores da Companhia ao consumidor final que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor da Companhia, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente da Companhia, é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido. Para transações dessa natureza, a Companhia reconhece o desconto como redução do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida, um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.
- ii. verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – Trata-se de programas de venda da Companhia planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda da Companhia. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento à Companhia a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras da Companhia em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização da mercadoria associada à promoção), a Companhia reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos.

Nos casos acima, trata-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

f) Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

g) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme visões de análises usadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para avaliar possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações contábeis.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na Nota 15.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3(j).

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendadora

A Companhia não atua em contratos de arrendamento na condição de arrendadora.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Benefícios a empregados

Programa de participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado, ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

Acordos de pagamento baseado em ações (Restricted Share Units)

Parte dos benefícios voltados aos executivos da Companhia, incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio, uma vez que o programa foi desenhado e prevê os pagamentos em ações restritas da Companhia.

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

k) Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

I) Reconhecimento de receita

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos: (i) Identificação de um contrato com o cliente; (ii) Determinação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação; e (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de auto atendimento)

As receitas da Companhia advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de auto atendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, etc.) para o consumidor final. Tratando-se de uma rede varejista de medicamentos em que o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários da Companhia ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo a NBC TG 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais nos quais determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações contábeis contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Componente significativo de financiamento

De acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

m) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



n) Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

o) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua reversão é registrada no custo das mercadorias revendidas de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras, pela fruição de prazo dos recebíveis.

p) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

r) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Deliberação CVM nº 854/2020

A deliberação nº CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia avaliou a referida Deliberação e não identificou impactos sobre estas demonstrações contábeis.

Deliberação CVM nº 859/2020

Em 7 de julho de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (correlato a NBC TG 06 (R3)). O presente documento autoriza a adoção do expediente prático que consiste em o arrendatário optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento é uma modificação do contrato de arrendamento, sendo qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento, contabilizada como se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Esta opção aplica-se apenas aos benefícios concedidos em contrato de arrendamentos que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as condições abaixo forem satisfeitas:

- a. a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b. qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e
- c. não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Companhia adotou o expediente prático acima descrito por atender a todas as condições requeridas pelo pronunciamento e os efeitos relacionados ao assunto não foram significativos nestas demonstrações contábeis.

Alterações na NBC TG 15 (R4): Definição de negócios

As alterações da NBC TG 15 (R4) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado apresenta alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

t) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 – Contratos de seguro

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa e bancos	48.674	52.726
Aplicações financeiras de curto prazo	540.412	68.314
Operações compromissadas	45.670	55.142
Certificados de depósitos bancários – CDB	377.348	-
Letras financeiras – LF	108.707	-
Aplicações automáticas	8.687	13.172
Total	589.086	121.040

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 106,2%, Operações Compromissadas, com rentabilidade média 90,5% (2019: 85,8%), Letras Financeiras, com rentabilidade média 110,5%. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos do CPC 03 (R3), foram classificadas como equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2020	2019
Administradoras de cartões de débito e crédito	511.516	276.703
Convênios empresariais (a)	9.732	15.400
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM (b)	6.249	4.276
Comissões a receber	220	469
Subtotal	<u>527.717</u>	<u>296.848</u>
(-) Ajuste a valor presente	(3.783)	(2.791)
(-) Perdas de créditos esperadas	(994)	(5.604)
Total	<u><u>522.940</u></u>	<u><u>288.453</u></u>

- a) Referem-se aos valores a receber de empresas conveniadas com a Companhia. Os convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos aos funcionários, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras realizadas mediante desconto em folha de pagamento.
- b) O Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM registra o saldo a receber pelas vendas de medicamentos vinculados a programas de benefícios, cujos descontos são subsidiados pelos respectivos laboratórios.

Os saldos foram ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 33 e 40 dias (2019: 16 e 24 dias) e descontados por uma taxa média de custo de capital.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para perdas de créditos esperadas e do ajuste a valor presente:

	2020	2019
A vencer	525.789	289.675
Vencidos entre 1 a 30 dias	369	1.504
Vencidos entre 31 a 60 dias	94	78
Vencidos entre 61 a 90 dias	82	575
Vencidos acima de 90 dias	1.383	5.016
	<u>527.717</u>	<u>296.848</u>

a) Movimentação das perdas de crédito esperadas:

	2020	2019
Saldo inicial	(5.604)	(6.071)
Adições	(425)	(1.366)
Reversões	5.035	1.833
Saldo final	<u>(994)</u>	<u>(5.604)</u>

6. ESTOQUES

	2020	2019
Mercadorias para revenda	1.725.500	1.488.785
Materiais para uso e consumo	5.487	5.378
(-) Perdas esperadas nos estoques	(28.892)	(27.792)
	<u>1.702.095</u>	<u>1.466.371</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Movimentação das perdas esperadas nos estoques:

	2020	2019
Saldo inicial	(27.792)	(61.446)
Adições	(17.634)	(6.898)
Reversões	16.534	40.552
Saldo final	<u>(28.892)</u>	<u>(27.792)</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
ICMS (a)	347.442	265.812
IRPJ/CSLL (b)	2.891	2.860
PIS e COFINS (c)	172.371	167.166
INSS (d)	33.028	32.763
IRRF	12.412	4.712
Outros	984	4.034
	<u>569.128</u>	<u>477.347</u>

Circulante	198.318	204.153
Não circulante	370.810	273.194

- (a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS e saldos referente aos créditos de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais presumidas foram superiores as margens efetivas. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente realizadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF. Os valores são compensados administrativamente após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado.
- (b) Pagamento a maior de IRPJ e saldo negativo de CSLL na apuração do lucro real de exercício anterior.
- (c) Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS destacado em nota fiscal, da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia está processo de execução da sentença para restituição dos valores recolhidos indevidamente, no montante de R\$ 164.267, dos quais R\$ 32.263, referem-se à atualização monetária. Adicionalmente, a Companhia reconhece os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.
- (d) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 33.028 refere-se a créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, em 1º de outubro de 2020, que afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre determinadas verbas trabalhistas. Em 2019, referia-se à pagamentos a maior de períodos anteriores.

A Companhia, em conjunto com seus assessores legais, avaliou os requisitos para registro dos créditos tributários e considera que atendeu a todos os critérios de reconhecimento de ativos, entre eles a capacidade de mensurar adequadamente os valores e capacidade de realização dos créditos.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2020	2019
Prejuízo fiscal	113.789	109.860
Capitalização de juros	(5.796)	(7.216)
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	(1.968)	(4.065)
Valor justo dos passivos financeiros	15	(770)
Provisão para encerramento de lojas	2.581	4.413
Provisão para realização dos estoques	9.823	9.449

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543
Participação nos lucros	3.825	1.805
Arrendamento mercantil	26.800	15.810
Perdas esperadas com créditos	4.806	7.194
Provisões para contingências	9.262	7.224
Ajuste a valor presente	4.413	2.728
Outras provisões	18.462	12.187
Total	<u>192.555</u>	<u>165.162</u>

a) *Expectativa de realização*

A Companhia, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, até o limite de sua capacidade de compensação, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada anualmente.

As estimativas estão relacionadas a capacidade de a Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos serão recuperados de acordo com o seguinte cronograma.

	2020	2019
2021	6.943	-
2022	7.683	5.913
2023	16.384	15.730
2024	24.752	23.166
2025	38.949	27.315
2025 em diante	97.843	93.038
	<u>192.555</u>	<u>165.162</u>

b) *Ativo fiscal diferido não reconhecido*

Considerando a expectativa de realização do ativo fiscal diferido, decorrente das projeções de lucros tributáveis futuros, em 2019 a Companhia não reconheceu o montante de R\$ 44.729 de ativo fiscal diferido, sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

c) *Conciliação da alíquota efetiva*

	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL[A]	68.598	(30.026)
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	<u>23.323</u>	<u>(10.209)</u>
Efeito das adições permanentes: [D]	1.318	11.617
Outras adições permanentes	1.318	11.617
Efeito das exclusões permanentes: [E]	150.605	181.032
Subvenção para investimento	108.270	180.526
Resultado da equivalência patrimonial	1.312	506

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Custos com IPO	41.023	-
Prejuízo fiscal corrente [A] + [D] – [E] = [F]	(80.689)	(199.441)
IR/CSLL diferido sobre prejuízo fiscal não constituído [G]*	-	44.729
IR/CSLL no resultado [F]*34% + [G] = [H]	27.434	23.081
Alíquota efetiva [H]/[A]	40,0%	(76,9)%

* IR/CSLL diferidos não constituídos em função da projeção de resultados futuros.

A Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 (ITG 2) - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, concluindo como não relevante seus efeitos até o momento.

9. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	2020			2019		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Outras contas a receber							
Dupar Participações S.A. (a)	Outros créditos	-	-	-	4.835	-	-
Fornecedores							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (d)	Compra de produtos	-	842	-	-	740	-
ePharma PBM do Brasil S.A.(c)	Prestação de serviços	1.048	-	(1.999)	-	2.431	(1.776)
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (e)	Frete de mercadorias	-	4.647	(110.283)	-	3.247	(97.897)
Arrecadação de recursos de terceiros							
Pague Menos Gerenc. de Serviços Ltda. (b)	Prestação de serviços	-	-	-	12	-	(350)
Arrendamentos							
Renda Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis	-	690	(8.232)	3	649	(7.599)
Dupar Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis	-	8.169	(64.255)	6.571	-	(60.160)
Prospar Participações S.A. (a)	Aluguel de imóveis	-	104	(1.190)	-	88	(1.047)
Total		1.048	14.452	(185.959)	11.421	7.155	(168.829)

- a) Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prospar Participações S.A., empresas sob controle comum, atuam na Administração de imóveis próprios e de terceiros. A Companhia é locatária de 360 imóveis, onde opera parte de suas lojas. Os valores dos aluguéis são calculados sobre o faturamento mensal das lojas. Já para os imóveis ocupados pela Administração e centros de distribuição, os aluguéis são definidos em montantes fixos.
- b) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda., empresa sob controle comum, atualmente sem operações, operava como correspondente bancário, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
- c) e-Pharma PBM do Brasil-S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde, investida da Companhia - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. A Companhia possui influência significativa nesta investida, mas não possui controle. Desta forma, as práticas comerciais realizadas são comparáveis às praticadas por outros players de mercado.
- d) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A., empresa sob controle comum, tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O contrato entre as partes estabelece a produção de produtos com a marca Pague Menos. A margem de venda obtida nestes produtos é superior àquelas obtidas junto a demais fornecedores devido ao menor nível de propaganda, bonificações, dentre outros.
- e) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A., empresa sob controle comum, tem como objetivo principal o transporte rodoviário

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



de cargas em geral. Todos os contratos de transporte de mercadorias passam por processo de cotação e dá-se a escolha pela melhor proposta técnica (nível de serviço) e comercial. A Companhia aprovou no âmbito de seu Conselho de Administração, contrato de prestação de serviços de transporte de mercadorias com a L'auto, no valor total estimado de R\$ 200.000 e um prazo de 2 (dois) anos. Os preços dos serviços são estabelecidos em percentuais tarifários sobre o valor nota fiscal de transferência de mercadorias e variam de acordo com faixas estabelecidas por Estado da Federação

As transações com partes relacionadas foram realizadas, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação, não diferenciando das práticas normais de mercado.

Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores e do Conselho de Administração totalizou R\$ 20.431 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.208 em 2019). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego. Adicionalmente, em 2020, a Companhia instituiu programa de remuneração baseado em ações, conforme divulgado na Nota 19. Em 2020, foram pagos R\$ 6.061 e no exercício findo nessa data foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 13.903 a título desse programa.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações nas quais partes relacionadas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos da Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	2020	2019
Aval/fiança e devedor solidário	727.295	1.237.083
Pessoas físicas (acionistas)	477.270	557.546
Dupar Participações S.A.	250.025	679.537
Imóveis	52.183	72.233
Dupar Participações S.A.	52.183	72.233

10. INVESTIMENTOS

	2020	2019
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	8.202	7.695
Ágio na aquisição de investimento	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(19.243)	(19.243)
	<u>70.797</u>	<u>70.290</u>

a) Movimentação do investimento

	2020	2019
Saldo inicial 1º de janeiro	70.290	70.645
Distribuição de dividendos	(165)	(861)
Juros sobre capital próprio a receber	(640)	-
Resultado da equivalência patrimonial	1.312	506
Saldo final em 31 de dezembro	<u>70.797</u>	<u>70.290</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Informações da investida

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações e-Pharma PBM do Brasil S.A., pelo total de R\$90.000, cujo patrimônio líquido correspondia a R\$8.162, consequentemente, foi apurado um ágio baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detém 26,18% (2019: 26,21%) das ações da investida. A redução na participação é decorrente de plano de stock options para executivos da Investida.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2020 a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 11,46% antes dos impostos. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 3,3% (2019: 2,0%), em modelo nominal.

Margem bruta

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

O teste de recuperação não identificou a necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado.

Um aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) de 10% levaria a taxa para 12,6%, resultando em valor recuperável de R\$ 288.900, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R\$ 334.000. Uma redução de 10% na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 1,80% resultaria no valor recuperável de R\$ 330.000. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R\$ 286.000, o que não resultaria em perda adicional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



11. IMOBILIZADO

	Taxa a.a.	2020			2019		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Obras em andamento	-	9.051	-	9.051	4.290	-	4.290
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	743.462	(359.786)	383.676	737.299	(319.699)	417.600
Instalações	10%	93.844	(41.737)	52.107	89.124	(34.100)	55.024
Máquinas e equipamentos	10%	98.332	(58.459)	39.873	96.141	(49.880)	46.261
Móveis e utensílios	10%	97.916	(43.663)	54.253	95.391	(34.421)	60.970
Veículos	20%	350	(350)	-	2.601	(2.592)	9
Equipamentos de informática	20%	59.068	(49.723)	9.345	57.713	(47.189)	10.524
Adiantamentos a fornecedores	-	127	-	127	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	-	(23.565)	16.422	(7.143)	(40.171)	27.647	(12.524)
Total		1.078.585	(537.296)	541.289	1.042.388	(460.234)	582.154

(i) A depreciação das benfeitorias é calculada de acordo o prazo de cada contrato de aluguel, que varia entre 5 a 25 anos, chegando-se numa média de taxa de depreciação de 6% a.a.

a) Movimentação

	01/01/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2020
Obras em andamento	4.290	8.436	(199)	-	(3.476)	9.051
Benfeitorias em imóveis de terceiros	417.600	12.670	(4.205)	(45.333)	2.944	383.676
Instalações	55.024	6.306	(924)	(8.301)	2	52.107
Máquinas e equipamentos	46.261	2.101	(2)	(8.671)	184	39.873
Móveis e utensílios	60.970	2.475	(23)	(9.332)	163	54.253
Veículos	9	-	-	(9)	-	-
Equipamentos de informática	10.524	3.208	(1)	(4.386)	-	9.345
Adiantamentos a fornecedores	-	127	-	-	-	127
Provisão para encerramento de lojas	(12.524)	(11.224)	16.605	-	-	(7.143)
Total	582.154	24.099	11.251	(76.032)	(183)	541.289

As transferências, no valor de R\$ 183, referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

	01/01/2019	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2019
Obras em andamento	27.096	3.402	-	-	(26.208)	4.290
Benfeitorias em imóveis de terceiros	456.179	27.595	(26.229)	(47.375)	7.430	417.600
Instalações	49.420	5.814	(1.096)	(8.975)	9.861	55.024
Máquinas e equipamentos	48.732	4.630	(1.124)	(8.561)	2.584	46.261
Móveis e utensílios	60.279	6.954	(1.149)	(9.044)	3.930	60.970
Veículos	73	-	(32)	(32)	-	9
Equipamentos de informática	85.587	5.133	(323)	(7.570)	(72.303)	10.524
Adiantamentos a fornecedores	585	-	(585)	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(10.415)	(5.938)	3.829	-	-	(12.524)
Total	717.536	47.590	(26.709)	(81.557)	(74.706)	582.154

As transferências no valor de R\$ 74.706, referem-se, principalmente, ao valor residual de arrendamento mercantil, contabilizado conforme IAS 17, o qual em 1º de janeiro de 2019 foi reclassificado para o ativo de direito de uso em conformidade com o CPC 06 (R2) no valor de R\$ 72.834. As demais transferências, no valor de R\$ 1.872, referem-se a fundo de comércio, softwares e websites, reclassificados para o intangível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Provisão para encerramento de loja

A Companhia reconheceu uma de provisão para encerramento de lojas, no montante de R\$7.143 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 12.524 em 2019). A análise de recuperabilidade considera o resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação dos investimentos estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de lojas.

Capitalização de juros de empréstimos

A Companhia reconheceu o valor de R\$ 142 (R\$ 1.005 em 2019) referente a custos de empréstimos para aquisição de ativos qualificáveis, inicialmente reconhecidos no resultado do período.

12. INTANGÍVEL

Taxa a.a.	2020			2019		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas (i)	4.289	-	4.289	4.289	-	4.289
Fundo de comércio (ii)	19.905	(14.880)	5.025	20.144	(12.582)	7.562
Softwares 20%	59.888	(39.145)	20.743	53.904	(30.219)	23.685
Websites 10%	78	(55)	23	112	(47)	65
Intangível em andamento	8.232	-	8.232	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(1.427)	980	(447)	(1.145)	691	(454)
Total	90.965	(53.100)	37.865	77.304	(42.157)	35.147

- (i) Saldo referente ao custo de aquisição da marca "Pague Menos" no Estado da Paraíba. Por ser considerado como um ativo intangível sem vida útil definida a Companhia avalia a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização. Considerando o conceito de materialidade da Administração, cálculos prévios indicaram que o valor recuperável deste ativo é significativamente maior do que seu valor contábil e não ocorreram eventos que eliminaram essa diferença, desta forma a Companhia não estimou novamente o valor recuperável do referido ativo e as premissas antes utilizadas continuam válidas.
- (j) A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 a 25 anos chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

a) Movimentação

	01/01/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2020
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	7.562	-	(194)	(2.479)	136	5.025
Softwares	23.685	6.485	(535)	(8.939)	47	20.743
Websites	65	7	(42)	(7)	-	23
Intangível em andamento	-	8.232	-	-	-	8.232
Provisão para encerramento de lojas	(454)	(282)	289	-	-	(447)
Total	35.147	14.442	(482)	(11.425)	183	37.865

	01/01/2019	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2019
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	9.216	50	(102)	(2.602)	1.000	7.562
Softwares	24.133	6.925	-	(8.209)	836	23.685
Websites	72	(36)	-	(7)	36	65
Provisão para encerramento de lojas	(715)	(730)	991	-	-	(454)
Total	36.995	6.209	889	(10.818)	1.872	35.147

Os valores residuais de transferências referem-se as reclassificações entre o intangível e imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



13. FORNECEDORES

	2020	2019
Fornecedores	1.186.970	1.047.582
Operações de risco sacado (a)	76.278	75.127
Subtotal	1.263.248	1.122.709
Ajuste a valor presente (i)	(18.758)	(22.455)
Total	1.244.490	1.100.254

(i) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 59 e 78 dias e taxa média de captação de recursos (2019: 59 a 78 dias). A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias vendidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

a) Operações de risco sacado

As operações de risco sacado da Companhia não modificam de forma relevante as condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. Essas operações possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira.

b) Por vencimento

	2020	2019
Entre 1 a 30 dias	452.140	376.557
Entre 31 a 60 dias	329.343	296.441
Entre 61 a 90 dias	170.360	134.718
Mais de 91 dias	311.405	314.993
Total	1.263.248	1.122.709

c) Concentração do saldo

	2020	2019
Maior fornecedor	13%	11%
do 2º ao 25º	51%	53%
do 26º ao 50º	14%	14%
Demais fornecedores	22%	22%
Total	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Banco	Tipo	Taxa média de juros	2020	2019
Empréstimos				
Banco do Brasil	Capital de giro	118% do CDI.	87.216	160.138
Citi	Capital de giro swap US\$ x CDI	CDI + 1,68% a.a.	-	30.843
Itaú	Capital de giro swap EU\$ x CDI	CDI + 1,99% a.a.	-	98.012
Itaú	Capital de giro swap US\$ x CDI	CDI + 3,20% a.a.	-	56.728
Safrá	Capital de giro swap US\$ x CDI	CDI + 1,55% a.a.	20.666	46.201
Santander	FRN	CDI + 5,30% a.a.	105.385	100.405
Santander	Capital de giro	CDI + 1,80% a.a.	63.287	63.253
Itaú	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	100.420	-
Banco do Brasil	Capital de giro	115% do CDI.	77.770	-
Banco da Amazônia	Capital de giro	CDI + 3,04% a.a.	14.564	-
			<u>469.308</u>	<u>555.580</u>
Financiamentos				
Banco do Brasil	FCO	3,50% a.a.	21.389	24.772
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	100% da TFC	54.871	11.648
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	3,5 a.a.	36.376	40.292
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP IPCA + 2,18%	12.095	-
Banco da Amazônia	FNO	11,18%	-	3.786
Bradesco	Finame	3% a 3,5% a.a.	-	5
			<u>124.731</u>	<u>80.503</u>
Debêntures				
4ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,95%	199.962	200.008
5ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,51%	84.475	102.897
			<u>284.437</u>	<u>302.905</u>
Total bruto de empréstimos, financiamentos e debêntures			<u>878.476</u>	<u>938.988</u>
Circulante			241.629	213.881
Não circulante			636.847	725.107
Instrumentos derivativos Safrá swap x US\$ (i)			<u>(5.788)</u>	<u>(11.955)</u>
Total líquido de empréstimos, financiamentos e debêntures			<u>872.688</u>	<u>927.033</u>

i. A Companhia realiza captações em moeda estrangeira na modalidade "4131", que são isentas de IOF. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou *swaps* com mesmos prazos, taxas e valores. A Companhia mensura esses passivos pelo seu valor justo ao resultado evitando descasamento contábil. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 25.

a) Movimentação do saldo bruto de empréstimos, financiamentos e debêntures

	2020	2019
Saldos iniciais	938.988	954.404
Captação de empréstimos e financiamentos	324.000	779.400
Juros incorridos	45.229	52.745
Amortização de principal	(454.432)	(807.584)
Amortização de juros	(38.047)	(55.530)
Variações cambiais	60.220	15.096
Alteração no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	2.555	2.622
Apropriação ao resultado de custos de transação	(37)	(2.165)
Saldos finais	<u>878.476</u>	<u>938.988</u>

b) Características das debêntures

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Realizada em 11 de fevereiro de 2019, a 4ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 200.000, com vencimento em 11 de fevereiro de 2024, remuneradas pela variação do CDI + 1,95% a.a. e em 21 de julho de 2019, a 5ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 21 de janeiro de 2023 e remuneradas pela variação do CDI + 1,51% a.a..

Ambas emissões são não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476. As debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

c) *Cronograma de desembolso*

	31/12/2020	31/12/2019
01/01/2021 – 31/12/2021	-	257.062
01/01/2022 – 31/12/2022	365.450	234.403
01/01/2023 – 31/12/2023	166.770	147.622
01/01/2024 – 31/12/2024	96.835	80.650
Acima de 31/12/2024	7.792	5.370
Total	<u>636.847</u>	<u>725.107</u>

d) *Composição por moeda*

	2020	2019
Em Reais - R\$	857.810	707.204
Em Euro - EU\$	-	98.012
Em Dólares norte-americano - US\$	20.666	133.772
Total	<u>878.476</u>	<u>938.988</u>

e) *Garantias*

	2020	2019
Aval/fiança (Partes relacionadas – Nota 9)	727.295	1.237.083
Alienação fiduciária de direitos creditórios	142.115	182.141
Fianças bancárias	78.620	87.620
Imóveis	52.183	72.233
Alienação fiduciária de bens	-	495
	<u>1.000.213</u>	<u>1.579.572</u>

f) *Cláusulas restritivas (covenants)*

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas informações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2020, os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente. A Companhia também está adimplente com demais *covenants* não financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



15. ARRENDAMENTOS

a) Composição do ativo de direito de uso

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.372.706	58.773	19.203	1.450.682
Adições	227.221	11.796	22.733	261.750
Baixas	(197.816)	(281)	(6.293)	(204.390)
Depreciação	(138.690)	(16.553)	(7.889)	(163.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.263.421	53.735	27.754	1.344.910

b) Passivo de arrendamento

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.416.350	61.030	19.679	1.497.059
Adições	227.221	11.796	22.733	261.750
Baixas	(205.300)	(292)	(6.481)	(212.073)
Juros incorridos	108.336	4.875	1.927	115.138
Pagamentos	(208.954)	(20.049)	(9.137)	(238.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.337.653	57.360	28.721	1.423.734
Circulante	143.855	18.897	10.045	172.280
Não circulante	1.193.798	38.463	18.676	1.251.454

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

	2020	2019
01/01/2021 – 31/12/2021	-	162.143
01/01/2022 – 31/12/2022	167.036	153.265
01/01/2023 – 31/12/2023	152.098	139.044
01/01/2024 – 31/12/2024	121.299	110.473
Acima de 01/01/2025	811.021	767.407
Total	1.251.454	1.332.332

d) Crédito de PIS E COFINS potencial

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel registrados em conformidade com a NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Estão apresentados abaixo o potencial desses créditos tributários. Parte dos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	2020	2019
Contraprestação do arrendamento	2.246.562	2.552.388
PIS e COFINS potencial (9,25%)	113.379	147.517

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



e) “Misleading” provocado pela plena aplicação do CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	2020	2019	2020	2019
Imóveis	1.337.653	1.416.350	1.669.707	1.780.981
Equipamentos de informática	57.360	61.030	61.004	65.733
Máquinas e equipamentos	28.721	19.679	30.411	21.163
Total	1.423.734	1.497.059	1.761.122	1.867.877

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

16. TRIBUTOS A RECOLHER

	2020	2019
PERT	8.970	12.431
ICMS	67.174	54.579
IRPJ/CSLL	6.834	5.495
ISS	3.531	1.126
INSS/FGTS	27.917	23.239
Outros	187	495
Total	114.613	97.365
Circulante	106.399	86.521
Não circulante	8.214	10.844

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2020	2019
Administrativas	868	712
Cíveis	2.819	4.929
Trabalhistas	23.215	15.115
Tributárias	339	492
Total	27.241	21.248

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



As provisões para contingências cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As contingências trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

a) *Movimentação dos processos no período*

	01/01/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2020
Administrativas	712	825	(86)	(583)	868
Cíveis	4.929	1.152	(3.077)	(185)	2.819
Trabalhistas	15.115	9.736	(998)	(638)	23.215
Tributárias	492	96	(232)	(17)	339
Total	21.248	11.809	(4.393)	(1.423)	27.241

	01/01/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2019
Administrativas	758	248	(174)	(120)	712
Cíveis	1.629	3.602	(210)	(92)	4.929
Trabalhistas	10.034	7.685	(939)	(1.665)	15.115
Tributárias	676	73	(204)	(53)	492
Total	13.097	11.608	(1.527)	(1.930)	21.248

b) *Passivos contingentes – Risco de perda possível*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 298.676 (R\$108.782 em 2019), para as quais não foram constituídas provisões.

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	2020	2019
Administrativas	8.602	8.063
Cíveis	5.043	3.568
Trabalhistas	6.207	4.852
Tributárias	278.824	92.298
Total	298.676	108.781

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia e seus assessores jurídicos, destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação, das quais descrevemos as principais:

i) *Ação anulatório de débitos de ICMS*

Ação anulatória objetivando o cancelamento do auto de infração no valor de R\$ 84.040, que foi lavrado para exigência de valores a título de ICMS decorrente da escrituração de créditos em valores superiores aos destacados nas notas fiscais de entrada de produtos destinados à comercialização, o que, segundo a fiscalização, teria (na opinião do fisco) ocasionado omissão de pagamento de ICMS no período compreendido entre março de 2014 a dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



ii) *Créditos de PIS e COFINS sobre insumos*

Auto de infração lavrado em dezembro de 2020, no valor de R\$ 116.350, exigindo valores a título de PIS e COFINS decorrentes de créditos fiscais registrados no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, relativas à despesas com bens e serviços utilizados como insumos (exemplos: serviços de limpeza, taxas de administração de cartões, fretes, entre outros), nos quais a Receita Federal, com base na interpretação restritiva do art. 3º, inc. II, das Leis 10.637/02 e 10.833/03 e em razão do fato de que a Companhia tem por atividade fim o comércio varejista, não entende como possível.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor entende-se que a interpretação é impropriedade.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.241.689 (2019: R\$ 382.727), representado por 443.781.062 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (2019: 342.726.580 ações ordinárias e sem valor nominal).

A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 110.000.000 (cento e dez milhões) novas ações ordinárias.

Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social em R\$ 746.924 mediante a emissão de 87.873.463 (oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e três) novas ações ordinárias, fixadas ao preço de emissão de R\$8,50 (oito Reais e cinquenta centavos) por ação, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta") realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior. Em 30 de setembro de 2020, em razão do exercício integral da opção de ações suplementares no âmbito da "Oferta" acima referida, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social em R\$ 112.039 mediante a emissão de 13.181.019 (treze milhões, cento e oitenta e um mil e dezenove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, fixadas ao preço de emissão de R\$8,50 (oito Reais e cinquenta centavos) por ação. A Companhia incorreu em custos com a emissão de ações no montante de R\$ 41.023, que foram registrados em conta retificadora do capital social.

b) Reservas de capital

	2020	2019
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.390)	(11.390)
Opções outorgadas reconhecidas (iii)	-	5.411
Plano de ações restritas (iv)	7.842	-
Reserva de incorporação	330	330
Total	383.432	381.001

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



- i. Conforme Acordo de Investimentos entre Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., foi constituída reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$397.357 sendo que em 2017 e 2018 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 e R\$ 4.180, respectivamente, em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores.
 - ii. Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.390 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A. em 2015.
 - iii. Valor referente ao plano de opções. Em 2020 e 2019 foram registradas novas opções outorgadas no valor de R\$421 e R\$170, respectivamente. Em outubro de 2020 o plano foi cancelado, em função das condições para exercício das opções expirarem.
 - iv. Conforme comentado na Nota 3(j) e divulgado na Nota 19, em 2020, foi aprovada a criação de um Plano de Ações Restritas. Vide Nota 19 para detalhes do Plano e outorgas concedidas.
- c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social, após a destinação da reserva de incentivos fiscais.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota 21 – Subvenções governamentais.

- d) Destinação dos lucros

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, após a destinação da reserva de incentivos fiscais, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- Uma parcela destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, observado o disposto no artigo 35 do Estatuto Social e no artigo 202 da Lei das S.A.;
- Uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e
- o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais e o disposto no Estatuto Social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Em 31 de dezembro de 2020, a destinação do lucro líquido do exercício foi:

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	96.033	(6.945)
Destinação para reserva de incentivo fiscal (reservas de lucros)	(96.033)	-

Conforme nota explicativa 21, os valores recebidos por subvenções governamentais devem ser integralmente destinados para reserva de incentivo fiscal. Caso o lucro disponível após a constituição da reserva legal não seja suficiente para destinação integral da subvenção recebida no ano, a Companhia deverá recompor a reserva com lucros de períodos posteriores.

19. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Plano de ações restritas

O Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020, que tem como objetivo permitir a outorga de ações restritas aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas; (ii) conceder aos participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. Durante a vigência do Plano de Ações Restritas, poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de até 1,5% do capital social da Companhia.

Cabe ao Conselho de Administração selecionar os diretores, conselheiros independentes do Conselho de Administração, gerentes e empregados de alto nível da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e sujeitas às restrições previstas no Plano de Ações Restritas, programa e/ou no respectivo contrato de outorga.

Conforme comentado na Nota 9, em 2020, a Companhia pagou aos Participantes o montante de R\$ 6.061 relativo ao Plano de Ações Restritas, cujo vesting ocorreu em 2020 mediante, entre outras condições, a liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia. Adicionalmente, a Companhia reconheceu ainda o montante de R\$ 7.842, equivalente ao valor justo das outorgas concedidas relativas a parcela parcialmente vested do Plano de Ações Restritas Vinculadas a Performance.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrado a seguir:

	2020	2019
Resultado por ação do período atribuível aos acionistas	96.033	(6.945)
Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	375.697	342.726
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,256	(0,020)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam ações restritas com potencial diluidor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



21. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação, relativos ao ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, e Bahia, que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências.

A Companhia reconheceu em seu resultado do exercício de 2020, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$ 108.270 (R\$ 180.526 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa reserva é de R\$ 312.377 (2019: R\$ 228.090).

22. RECEITA LÍQUIDA

	2020	2019
Venda de mercadorias	7.257.302	6.771.040
Serviços prestados	51.146	21.065
Ajuste a valor presente	(30.050)	(32.475)
Receita bruta	<u>7.278.398</u>	<u>6.759.630</u>
Impostos sobre vendas	(375.589)	(298.683)
Devoluções e abatimentos	(44.317)	(38.699)
Deduções das vendas	(419.906)	(337.382)
Receita líquida	<u><u>6.858.492</u></u>	<u><u>6.422.248</u></u>

23. CUSTOS E DESPESAS

a) Classificados por conta:

	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas	(4.737.825)	(4.404.082)
Despesas com vendas	(1.583.398)	(1.597.629)
Despesas administrativas e gerais	(219.605)	(204.711)
Total de custos e despesas	<u>(6.540.828)</u>	<u>(6.206.422)</u>

b) Classificados por natureza:

	2020	2019
Custo de aquisição de mercadorias	(4.737.825)	(4.404.082)
Despesas com pessoal	(1.012.812)	(1.035.994)
Despesas com aluguéis	(26.497)	(38.175)
Despesas gerais	(513.104)	(475.160)
Depreciação e amortização	(250.590)	(253.011)
Total de custos e despesas	<u>(6.540.828)</u>	<u>(6.206.422)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



24. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	3.281	1.730
Alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	135.175	149.430
Alterações no valor justo de passivos financeiros	1.461	3.084
Ajuste a valor presente	29.058	32.472
Variação cambial	29.381	94.428
Juros ação exclusão ICMS base do PIS e COFINS	-	32.263
Outras receitas financeiras	6.620	3.204
Total de receita financeira	204.976	316.611
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(44.806)	(50.848)
Juros de arrendamento	(115.138)	(127.837)
Alterações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(77.761)	(153.511)
Alterações no valor justo de passivos financeiros	(3.769)	(5.706)
Outras despesas financeiras	(33.315)	(21.110)
Ajuste a valor presente	(93.762)	(93.928)
Variação cambial	(89.608)	(109.523)
Total de despesa financeira	(458.159)	(562.463)
Resultado financeiro	(253.183)	(245.852)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão identificados a seguir:

Descrição	2020		2019	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	589.086	589.086	121.040	121.040
Aplicações financeiras	40.397	40.397	10.269	10.269
Contas a receber de clientes	522.940	522.940	288.453	288.453
Fornecedores	(1.244.490)	(1.244.490)	(1.100.254)	(1.100.254)
Financiamentos e empréstimos	(510.086)	(615.775)	(341.045)	(348.117)
Debêntures	(284.437)	(296.730)	(302.905)	(313.121)
Passivos de arrendamento	1.423.734	1.665.378	1.497.061	1.665.378
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Financiamentos e empréstimos	(20.666)	(20.666)	(295.038)	(295.038)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	(5.412)	(5.412)
Instrumentos financeiros derivativos (<i>Swaps</i> de moeda estrangeira)	5.788	5.788	11.955	11.955

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos de financeiros derivativos.

Aplicações financeiras, depósitos bancários e Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui saldos mantidos com instituições financeiras, referentes a depósitos bancários, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 606.902 (R\$124.069 em 31 de dezembro de 2019), os quais representam sua máxima exposição de crédito. O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte.

Contas a receber com administradoras de cartões de crédito

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	2020	2019
A vencer		
1 a 30 dias	268.275	127.695
31 a 60 dias	130.738	58.805
61 a 90 dias	63.959	48.490
Acima de 90 dias	48.544	37.938
Total	511.516	272.928

Não há saldos vencidos mantidos com administradoras de cartões de crédito.

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	589.086	589.086	616.527	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	522.940	522.940	522.940	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	1.244.490	1.244.490	1.244.490	-	-	-
Arrendamentos	1.423.734	1.423.734	172.280	167.037	381.900	702.517
Financiamentos e empréstimos, líquido de operações com derivativos (Nota 14)	588.251	588.251	201.331	252.185	134.386	349
Debêntures (Nota 14)	284.437	284.437	34.510	113.265	136.662	-

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	121.040	121.040	121.040	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 5)	296.848	296.848	296.848	-	-	-
Fornecedores (Nota 13)	(1.122.709)	(1.122.709)	(1.122.709)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos, líquido de operações com derivativos (Nota 14)	624.128	624.128	183.691	222.675	213.922	3.840
Debêntures (Nota 14)	302.905	302.905	20.084	33.172	249.649	-

Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 2,00% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2020, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2020 e janeiro de 2026) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade adicional

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se aproximam dos valores de mercado. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



Com relação aos empréstimos e financiamentos e debêntures, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos cenários diferentes, utilizando as últimas taxas de juros acumulados nos últimos doze meses (Cenário I), e a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do indexador CDI em cada cenário.

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	469.308	1.709	6.336	9.031
Debêntures	Alta do CDI	284.437	934	3.328	4.744
Aplicações financeiras	Queda do CDI	433.835	(10)	(15)	(22)
Exposição líquida (despesa financeira)			2.633	9.649	13.753

Risco cambial

A Companhia possui a política de contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nominal de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. A Companhia possui a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2020 o valor dos instrumentos financeiros derivativos era de R\$ 5.788 (R\$ 11.955 em 31 de dezembro de 2019).

Os passivos financeiros em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros derivativos foram mensurados a valor justo.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando os três cenários abaixo.

Transação	Risco (Moeda)	Exposição	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta do US\$	3.967	-	5.166	10.333
Instrumentos derivativos	Alta do US\$	(3.967)	-	(5.271)	(10.541)
Exposição líquida (resultado financeiro)		-	-	(104)	(208)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	878.476	938.988
Operações com derivativos	(5.788)	(11.955)
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas de instrumentos financeiros derivativos	872.688	927.033
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(589.086)	(121.040)
(-) Aplicações financeiras	(40.397)	(10.269)
Dívida líquida	243.205	795.724
Patrimônio líquido	1.940.923	1.024.520
Índice de alavancagem	0,13	0,78

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	7.842
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	20.666]	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	5.788	-

Descrição	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	5.412
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	-	296.539	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	11.955	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Descrição	31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	20.666	20.666	1.461	(3.769)

Descrição	31/12/2019			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado	295.037	296.539	3.084	(5.706)

Operações com derivativos (Swaps de moeda estrangeira) - mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de *swap* para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia recebe juros variáveis entre 1,63% a 5,34% a.a. sobre o valor nominal em dólar (parcela ativa) e paga entre 1,49% a 1,97% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor de referência em reais na data da contratação (parcela passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do período, nas contas de "receitas e despesas com instrumentos financeiros derivativos".

Fluxo	Valor principal (R\$ mil)		Índice	Taxa a.a.
	31/12/2020	31/12/2019		
<i>Swap CDI vs. taxa flutuante em US\$</i>				
Ativo	5.788	12.843	US\$ +	5,00%
	-	(888)	EU€ +	1,63%
Passivo	-	-	CDI +	1,49% a 1,97%
Valor justo	5.788	11.955		

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)



26. Transações que não afetaram o caixa

Em 31 de dezembro de 2020, as principais transações que não envolveram caixa da Companhia foram:

- (i) Reconhecimento das despesas de pessoal, em função do plano de ações restritas (Nota 19);
- (ii) Cancelamento do programa de opções da Companhia (Nota 18);
- (iii) Aquisição a prazo de parte do ativo intangível da Companhia no valor de R\$ 3.843.

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede da Companhia:

Modalidade	2020	2019
Limite Máximo de Garantia Contratada	405.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	15.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	46.400	46.400
Veículos	-	-
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	15.000	15.000

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas, Conselho de Administração e administradores da

Empreendimentos Pague Menos S.A.

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, impactada pelo seu elevado número de transações e dispersão geográfica, possui uma complexa estrutura de sistemas informatizados e integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles gerais de tecnologia de informação é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve diversas lojas em todos os Estados do país e cinco centros de distribuição, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia de informação para a Companhia, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em tecnologia da informação para nos auxiliar no entendimento relacionado aos ambientes dos sistemas de informação que afetam toda a estrutura de negócios da Companhia. As inconsistências no desenho dos controles gerais de tecnologia da informação relacionados a acesso lógico e gestão de mudanças, impactaram a nossa avaliação da natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Em função da identificação de inconsistências em relação ao desenho dos controles gerais de tecnologia, os nossos procedimentos adicionais incluíram a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia utilizadas no planejamento e execução dos nossos testes de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Bonificações de fornecedores

As bonificações de fornecedores e as contribuições promocionais são práticas comerciais regulares no setor de varejo. A Companhia recebe vários tipos de bonificações, conforme divulgado na Nota 3.e, as quais são um componente significativo na determinação dos custos das mercadorias vendidas.

Consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria em virtude dos montantes envolvidos, além do fato de que o reconhecimento do benefício e seu consequente registro em estoques requererem julgamentos por parte da administração da Companhia em relação à natureza, ao cumprimento das obrigações descritas nos acordos comerciais com fornecedores, às estimativas utilizadas para apurar os valores e ao período do reconhecimento da bonificação como redução dos custos das mercadorias vendidas, no resultado do exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação e entendimento das rotinas contábeis para a determinação e contabilização das bonificações; (ii) seleção de uma amostra de acordos comerciais para análise de seus termos, recálculo dos valores das bonificações e confronto com os registros contábeis; (iii) análise das premissas utilizadas para determinação do cumprimento das obrigações com os fornecedores e do respectivo período de competência para o reconhecimento das bonificações no resultado do exercício; (iv) exames de recebimentos subsequentes; e (v) análise das bonificações atreladas a eventos presenciais que foram afetados pela pandemia de COVID-19.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para o reconhecimento e divulgação das receitas de bonificação concedidas pelos fornecedores são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 1 de março de 2021

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6

Henrique Piereck de Sá

Contador CRC PE023398/O-3

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)

Empreendimentos Pague Menos S.A.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2020

Aos Conselheiros de Administração da Empreendimentos Pague Menos S.A.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê") da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), cuja criação foi deliberada na reunião do Conselho de Administração do dia 27 de dezembro de 2016, é composto por um membro independente do Conselho de Administração e dois membros com experiência em assuntos de contabilidade societária, sendo um deles independente e seus respectivos suplentes.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais e regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, principalmente das áreas financeiras, contábil, jurídica, além dos auditores independentes e da auditoria interna, bem como nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na presente data, o Comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Frederico Seabra Carvalho, Sr. Paulo Sérgio Cruz Dortas Matos, eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2018 e Sra. Manuela Vaz Artigas, eleita na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2019. Ao Sr. Frederico Seabra Carvalho foi atribuída a coordenação do Comitê.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 20 de fevereiro de 2020 a 25 de fevereiro de 2021, o Comitê reuniu-se 6 (seis) vezes. As atas das reuniões do Comitê são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê. As principais atividades realizadas foram:

- Revisão, aprovação e supervisão do plano de trabalho da Auditoria Interna;
 - Supervisão da atuação dos auditores independentes quanto a sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados;
- Acompanhamento da renovação da contratação dos auditores externos;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
 - Monitoramento dos mecanismos de controles internos;
 - Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias;
 - Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
 - Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB; e
 - Análise das Informações Trimestrais - ITRs, das Demonstrações Financeiras – DFPs e do Formulário de Referência.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, foram avaliadas recomendações de ações de melhoria para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas e controladas pela Gerência de Auditoria Interna. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração da Companhia é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todos dos departamentos da Companhia, dos procedimentos e das práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") é a empresa de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê reúne-se periodicamente com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e respectivas informações trimestrais.

Por fim, discuti com os auditores independentes os resultados dos trabalhos, os principais assuntos de auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas para apresentação das demonstrações financeiras, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à Companhia. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a Companhia que possa ter afetado sua independência na execução dos seus trabalhos referente à auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020.

Registra-se, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes da EY e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Companhia, em particular das áreas financeiras, contábeis e da Auditoria Interna, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram prestados estão adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras e no relatório da administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2020.

Frederico Seabra Carvalho

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Manuela Vaz Artigas

Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário e Representante do Conselho de Administração

Paulo Sérgio Cruz Dortas Matos

Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com a apresentação das demonstrações financeiras.

Fortaleza, 01 de março de 2021.

Mario Henrique Alves de Queirós

Diretor-Presidente

Luiz Renato Novais

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Marcos Ricardo Colares

Diretor Vice-Presidente Comercial e Supply

José Carlos Rafael de Assis Vasquez

Diretor Vice-Presidente de Operações, Digital e Expansão

Jorge Alexandre Jubilato Araújo

Diretor Vice-Presidente de Gente, Jurídico e Administrativo

Joaquim Dias Garcia Neto

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Afro José Campos de Vasconcelos

Diretor de Infraestrutura e Tecnologia

Emanuele de Sousa Rodrigues

Diretora de Gerenciamento de Categorias e Marketing

Evandro Vieira da Silva

Diretor de Gente e Gestão

Joaquim Dias Garcia Neto

Diretor de Aplicações de Tecnologia

Rafael Lima e Silva

Diretor de Expansão

Samir Mesquita Inácio

Diretor de Digital

Thiago da Cunha Peixoto Ladeira

Diretor de Operações

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Fortaleza, 01 de março de 2021.

Mario Henrique Alves de Queirós

Diretor-Presidente

Luiz Renato Novais

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Marcos Ricardo Colares

Diretor Vice-Presidente Comercial e Supply

José Carlos Rafael de Assis Vasquez

Diretor Vice-Presidente de Operações, Digital e Expansão

Jorge Alexandre Jubilato Araújo

Diretor Vice-Presidente de Gente, Jurídico e Administrativo

Joaquim Dias Garcia Neto

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Afro José Campos de Vasconcelos

Diretor de Infraestrutura e Tecnologia

Emanuele de Sousa Rodrigues

Diretora de Gerenciamento de Categorias e Marketing

Evandro Vieira da Silva

Diretor de Gente e Gestão

Joaquim Dias Garcia Neto

Diretor de Aplicações de Tecnologia

Rafael Lima e Silva

Diretor de Expansão

Samir Mesquita Inácio

Diretor de Digital

Thiago da Cunha Peixoto Ladeira

Diretor de Operações

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Protocolo anterior: 022608DFP311220200100100578-72 Motivo da reapresentação: inclusão do relatório da administração